



As causas das crises do modelo e da finalidade das universidades públicas e particulares brasileiras: as causas são política, econômica, ideológica interna e externa e cíclica!?



<https://doi.org/10.56238/levv15n38-016>

José Félix Estanislau da Silva

Mestre em Física Teórica Aplicada pelo Instituto de Física de São Carlos (IFSC) da Universidade de São Paulo - USP, Atualmente, no Curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Tem a formação do curso Docência no ensino superior: fundamentos e práticas pedagógicas no Instituto de Educação e Pesquisa em Práticas Pedagógicas (IEP3) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.

RESUMO

Nos últimos anos têm sido matéria de controversa e conversa científica argumentar a respeito da crise que afeta o Modelo e a finalidade das universidades públicas e particulares brasileiras. Neste sentido, através de um resumo histórico, o objetivo principal com este estudo científico é demonstrar por indução as causas das crises das universidades brasileiras públicas e particulares desde o passado até, aproximadamente, o presente. Essas crises têm assumido um comportamento cíclico e tem um renascimento nas últimas duas décadas, que afeta o presente. As causas dessas crises estão fundamentadas em fatores políticos, econômicos, ideológicos interno e externo, que afetam a instrução pública para a construção e desenvolvimento da civilização brasileira. Para revelar esse resultado, este trabalho é desenvolvido utilizando a mesma metodologia e fundamento que foram usados no recente e interessante artigo de nome: A universidade que houve, que há e a que poderá haver no futuro ensino universitário no Brasil [Estanislau da Silva, 2023, 1]. Desse modo, fortes argumentos históricos, de princípios, pragmáticos, de lógica e vasta literatura são usados para melhor induzir a demonstração das causas das crises das universidades, que são comuns para todos os ciclos de crise. Por consequência, pela forma como foi abordado a resposta do problema aqui exposto, a metodologia motivou dividir este artigo em períodos históricos temporais, para melhor expor uma didática com a finalidade de assegurar a obtenção das causas, suas interações e compreensão. Nesta direção, a leitura é corrente continuamente e, portanto, em muitos casos, dispensando comentários para cada próxima seção.

Palavras chave: Universidade, Crises, Causas, Modelo, Ideologia, Pública, Particular, Modificar.

1 INTRODUÇÃO

Muito sabido é pelos intelectuais e pesquisadores científicos que as universidades brasileiras sofreram diversas crises existenciais de Modelo e objetivo das mesmas. Nesta direção, o autor deste artigo tem a pretensão de revelar as causas que conduziram às crises nas universidades brasileiras desde suas fundações. Neste caminho, é mostrado que as causas estão contidas em fatores político, económico, ideológico interno e externo, que tomam um comportamento cíclico pendular na história do Brasil.

Nessa pretensão, o estudo deste artigo foi motivado por tratar-se de atual destaque como problema de pesquisa científica. Em adição, ao procurar as causas em diversos artigos e literaturas, este autor, essencialmente, encontrou fatores causais fundamentados em leis, decretos, diretrizes e normas ultrapassadas ou pouco orçamento destinado as universidades [Ferreira *et al*, 2024, 2; Pereira, 2019, 3; Righetti, 2017, 4].

Na verdade, tais fundamentos legais são consequências das causas. Para chegar às causas, este autor projeta o artigo dividido em períodos históricos. Em cada período, é dissertado e argumentado o panorama político, económico, ideológico interno e externo ao Brasil com fundamento em artigos e literaturas já publicados, mas que se encontravam esparsos e com temas e conteúdos restritos em cada. Desse modo, fica em um único artigo tudo necessário para revelar as reais causas, sucessivamente e espontaneamente, ao observador leitor e o fator cíclico pendular emerge da interação indutiva entre os períodos estudados, dissertados, analisados e argumentados.

Talvez, para quem não aprecia o hábito da leitura ou não tenha tempo, a demonstração das causas tenha ficado um pouco “extensa”. Mas esta extensão dá interação e suporte seguro para revelar as causas independente do conteúdo de sabedoria do observador leitor paciente ou impaciente. Assim, o observador não precisará buscar referências históricas porque a história de cada período está resumidamente dissertada no próprio texto do artigo.

2 UM COMEÇO DE TUDO

Primeiro Período, 1822-1889 - Os Modelos do ensino Europeu e dos USA no Brasil e seus conflitos e a “escolha herdada” brasileira

Atualmente^[1], para quem faz estudos relacionados ao ensino superior, sabido é que as universidades públicas brasileiras já veem contribuindo para fazer a História do Brasil de modo consciente. Em outras palavras, agora, são agentes contribuidores para formação da futura História que o país venha ter. Fato que não ocorreu até o advento da proclamação e ascensão do Governo Republicano, Federativo e Presidencialista de 15 de novembro de 1889. Mas havia centelhas espalhadas em suas vizinhanças espaciais e temporais e estas passaram ganhar corpo constituído

^[1] Atualmente significa a partir da fixação permanente e segura das universidades como instituição em território brasileiro.

aproximadamente a partir dessa data e advento. Nesta direção, o professor francês e pesquisador científico HIPPEAU^[2], na época do Império, entre 1869-1881, conduz outro pesquisador científico, GONDRA, a afirmar que, hoje:

[...] Recorrente no registro dos viajantes e na historiografia brasileira, a afirmação de que o projeto civilizatório que se tentou implementar no Brasil ao longo do século XIX buscou na Europa suas principais e mais duradouras referências ainda comportam novas reflexões. Embora dispersas por um conjunto expressivo de países, dois deles ocupam lugar privilegiado na construção do referido projeto: a **Inglaterra** e a **França**. [...].

Assim, a Europa era representada como padrão a ser seguido. É nesse sentido que se afirma que **os olhos da elite brasileira** voltavam-se para a Europa, enquanto **seus pés** permaneciam fincados nos trópicos. No caso da educação, tal procedimento também é evidenciável. Para tanto, basta verificar as viagens dos intelectuais brasileiros, os lugares de estudo dos filhos das elites ou daqueles patrocinados pelo Estado Imperial. O destino era o desembarque nos portos do chamado mundo civilizado, de onde eram trazidos livros, materiais, métodos e, até mesmo, professores para construir o **modelo educacional** a ser aqui adotado.

Contudo, a grande tendência de representar a Europa como modelo para as intervenções processadas no Brasil Imperial, tomada como regra geral, eclipsa assim a existência de outros movimentos voltados para civilizar o mundo tropical. Nesse trabalho, na tentativa de aprofundar esse debate, coloca-se em discussão os relatórios de Celéstin Hippeau^[3], sobretudo o que trata **do sistema educacional norte-americano**, no qual sugere que, também na Europa, havia focos de insatisfação com o que lá se fazia em termos de matéria educacional, a partir do que promove a defesa do modelo americano. O instigante, nesse caso, é a rapidez de sua circulação e leitura no Brasil, o que faz indagar se por seu intermédio é possível observar a legitimação de **uma nova rota para o sonho civilizatório**, na medida em que Hippeau constrói a América como novo porto cuja visita deveria se tornar obrigatória para os interessados em um projeto educacional colocado a serviço da nova civilização [...] - [Gondra, 2002, p. 162-163, 6].

Assim, por causa de fatores ideológicos, políticos e externos, vindo de fora, da Europa (Inglaterra e França, principalmente) e do Norte da América (dos USA), o ensino fundamental, médio e as universidades públicas brasileiras tomaram formação com base nesses dois Modelos de ensino. Essencialmente, foi adotado por escolha herdada o Modelo Napoleônico de instrução pública superior [Minguili, Chaves, 2008, 7], ou seja, o Modelo Europeu. Nesta sentido, a instituição de ensino, pesquisa e extensão tem seu capital fornecido a partir das mãos do governo, que pode ser federal, estadual ou, até mesmo, municipal. Mas, sendo dada à instituição a liberdade de nomear ou eleger seus gerenciadores e contratar sua administração interna em conformidade com as diretrizes oriundas do centro do governo.

Pela outra direção ou alternativa, existe o Modelo Anglo Saxônico dos USA de ensino superior para formar uma civilização. Neste sentido, na sua maior parte, a universidade não tem seu capital fornecido pelo governo federal, estadual ou municipal. A formação e gerenciamento da universidade é descentralizada das mãos do governo. A iniciativa de empresas particulares da sociedade assume a

^[2] Trata-se de Celéstin Hippeau, professor honorário da Faculdade de Paris e Secretário do Comitê de Trabalhos Históricos e das Sociedades Científicas, que defende o modelo do liberalismo americano e, consequentemente, o modelo escolar em vigor nos EUA [Hippeau, 1871, 5]

^[3] Idem nota de rodapé 4

ação majoritária de financiar o ensino, a pesquisa e a extensão para desenvolver ciência, tecnologia e a formação do cidadão. Mas, o Estado não fica alheio a essa prestação de serviço à civilização. Desse modo, na época do Império, o professor francês e pesquisador científico HIPPEAU, hoje, alimenta GONDRA a concluir ainda que:

[...] Nesses termos, procurava consolidar a ligação específica entre o **Estado** e a **iniciativa privada**, definida pela confluência do interesse de ambos. No que se refere à causa da educação, Hippeau chama a atenção para as características deste vínculo nos EUA, afirmando que bastaria a iniciativa privada para dar ao ensino popular uma “larga e pujante” organização, mas a Constituição **norte-americana**, vendo na educação pública um grande interesse nacional, teve o cuidado de afiançar ao governo central um direito de proteção e vigilância sobre as escolas, por intermédio de um fundo permanente destinado à conservação das mesmas, pois a idéia que lá prevalecia era a de que a instrução pública deveria estar em conformidade com os “princípios democráticos”, tendo por finalidade “fazer cidadãos.” Nesta linha, para o relator, o mínimo da educação não poderia estar abaixo da instrução que todo homem deveria possuir para desempenhar os seus deveres para com a sociedade e o Estado, [...]

A defesa do **modelo americano** ainda destaca, na introdução ao relatório, o vigor do princípio da liberdade de ensino, do financiamento público^[4] e da estrutura do **ensino superior**^[5]. Além disto, sublinha um aspecto da história da organização do sistema educacional americano, assinalando que os americanos aplicaram os seus primeiros cuidados à organização das escolas onde se deveria dar útil ensino a todos. Após ter cumprido esse primeiro dever, de um modo “verdadeiramente grandioso e magistral”, eles estavam empregando o mesmo ardor para criar ou aperfeiçoar estabelecimentos dedicados ao ensino superior, de que só se aproveitavam aqueles que tivessem de ocupar, na sociedade ou no Estado, as “posições elevadas a que todos poderiam aspirar”. No que se refere à organização do ensino superior, ressalta que tais iniciativas estavam sendo desenvolvidas sob o patrocínio da **iniciativa privada**: [...] - [Gondra, 2002, p. 170-174, 6].

Nesse caminho, nas últimas décadas do Império no Brasil, pelo menos, havia esses dois Modelos: Europeu e Norte-Americano (dos USA) de instrução pública para ser implantado e expandido nas emergentes e crescentes províncias da sociedade brasileira. Destas duas ideologias de ensino, que se conflitavam, o modelo Europeu prevaleceu sobre a razão dos USA, naquela época, entretanto, com algumas características diferenciadas de si mesmo. Mas, somente com as mudanças de estilos de governo Monárquico para a República (em 1889), da comercialização Mercantilista para o Capitalismo e da relação de trabalho escravista ou servidão para o assalariado, e portanto, quando o Brasil conseguiu sua independência política, mas não à independência econômica do exterior, foi colocado em prática o projeto de ensino universitário herdado do exterior. Assim, a partir deste marco, foram construídas e fundadas universidades com bastante dificuldades herdadas de seu passado colonial em território brasileiro.

Retrocedendo para compreender melhor, somente com a independência política, em 1822, foi possível colocar em teoria e, posteriormente, em prática, um plano de modernização, expansão e

^[4] “Os americanos applicão à fundação e conservação dellas quantias consideraveis, e é certo que nenhuma nação do mundo possui um systema de estudos mais solidamente constituido e mais largamente retribuindo” [Hippeau, 1871, 5].

^[5] “Com os cursos de theologia, sciencias, letras, direito, medicina, escolas especiaes para o ensino de agricultura, artes mecanicas, bellas artes, engenharia civil e militar, assim como a escola naval de Annapolis e a escola militar de Westpoint voltadas para a formação de oficiais da marinha e do exército” [Hippeau, 1871, 5].

ocupação de todo o território da sociedade brasileira. Neste contexto, com a retirada da Monarquia e proclamação do tipo de governo Republicano, em 1889, ficou emergente a necessidade de instituições que representassem e contribuíssem para exercitar esse plano de modernidade e da República em solo brasileiro. Assim, as instituições universitárias passaram ser idealizadas e receberam uma atenção especial para exercer o objetivo de formar os filhos da classe dominante de instrução superior e desenvolver a ciência em solo brasileiro carente de modernidade já existente na Europa e nos USA.

3 AS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES “BRASILEIRAS”

Segundo Período, 1889-1930 - Governo oligárquico, centralizador e as primeiras universidades em território brasileiro

De 1889 até 1930, período da **Primeira República** ou Velha República, os ocupantes do governo federal centralizou os poderes das instituições constituintes dessa República em suas próprias mãos. Assim, o plano de modernização das províncias brasileiras começou ser colocado em prática, entretanto as instituições complementares da República foram sendo fundadas e tendo suas formas de administração política e econômica centralizadas na esfera do governo federal. Neste sentido, a forma de reger o governo Republicano tomou a direção do “autoritarismo”, talvez para assegurar a ascensão e sustentação da República recentemente nascida no meio de um governo Monárquico e, assim, afastar esses opositores que ainda conspiravam para a falência do primeiro e próprio nascente governo brasileiro. Dessa forma, iniciou-se uma nova relação entre Estado e Sociedade. A este respeito, URUGUAI e BOTELHO *et al* expressam essa relação assim, respectivamente:

Herdamos a **centralização** da monarquia portuguesa. Quando veio a Independência e com ela a Constituição que nos rege, saímos da administração dos capitães-generais, dos ouvidores de comarca [...]. Não tínhamos, como a formaram os ingleses por séculos, como a tiveram herdada os Estados Unidos, uma educação que nos habilitasse praticamente para nos governarmos nós mesmos; não podíamos ter adquirido os hábitos e o senso prático para isso necessários [...] - [Uruguai, 2002, p. 429, 8].

O Bicentenário da Independência é um convite para rever o debate sobre as relações entre **Estado e sociedade** no Brasil, um processo relativamente longo (sobretudo para as ciências sociais em geral e cada vez mais concentradas na análise do presente) e mais acidentado do que em geral se considera, [...] percebe-se como ele compreende ao menos **dois problemas centrais** referentes às relações entre Estado e sociedade. **Primeiro**, o modernismo foi um movimento de forte mobilização coletiva de identidades que também implicou processos simbólicos violentos de domesticação da diversidade regional e desigualdades sociais numa identidade nacional unitária. **Segundo**, o modernismo coloca em debate a questão da persistente dependência cultural que sobreviveu à independência política, de 1822, encetando uma reflexão potente sobre os impasses da modernidade, de que os chamados ensaios de interpretação do Brasil dos anos 1920 e 1930 são algumas das melhores expressões (Ferreira; Botelho, 2010). Não por acaso, talvez, as relações entre **público e privado** como impasses da relação entre Estado e sociedade estiveram também no centro desses ensaios, a exemplo de Raízes do Brasil (Holanda, 2016) [...] - [Botelho, Ferreira, 2022, p. 44, 9].

Nessa disputa política e ideológica em busca de uma possível original nacionalidade, foi iniciado na prática o projeto de instrução pública superior nos moldes Europeu em território brasileiro.

Nesse sentido, quase oposto ao Modelo Norte Americano (dos USA), foram formalmente fundadas as seguintes universidades em território brasileiro [MEC, 2021, 10; Wikipédia, 2021, 11]:

(1) em 1909, nos Estados^[6] do Paraná e Amazonas, respectivamente, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM),

(2) em 1912, também, no Estado do Paraná, a Universidade Federal do Paraná (UFPR),

(3) em 1914, no Estado de Minas Gerais, na cidade de Alfenas, a Universidade de Alfenas de Minas Gerais (UNIFAL)

(4) e, somente, depois de seis anos dessa última data, em 1920, na cidade e Estado com o mesmo nome, onde havia permanecido a Realeza Portuguesa, ou seja, Rio de Janeiro, foi fundada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e,

(5) sete anos depois dessa data, em 1927, no Estado de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, também, foi fundada a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Em 1911, foram fundadas universidades em São Paulo e em alguns outros Estados da República brasileira, mas foram extintas por conflitos entre diferenças ideológicas, conflitos com o governo federal, conflito local e dificuldades econômicas de sustentabilidade da instituição universitária. Estes conflitos foram aumentando e se propagando. Então, em 1924, foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE) para elaboração e difusão das ideias a respeito dos rumos da instrução pública normal e superior no Brasil. Assim, discutir a forma como as universidades brasileiras vinham sendo fundadas, basicamente, fundadas como uma reunião de faculdades já existentes [Guimarães de Souza, 2019, 12].

Desse modo, em 1928, na II Conferência Nacional de Educação realizada pela ABE e com o nome de O Problema Universitário Brasileiro, um curto questionário foi elaborado, onde se colocava o problema da fundação das universidades da seguinte forma:

- a) Qual tipo de universidade adotar no Brasil?
- b) Deve ser somente de um tipo (Modelo)?
- c) Quais funções deveriam assumir as universidades brasileiras?

Como pode perceber o observador leitor, a província de São Paulo, até esse momento, ainda não tinha sido contemplada com a fundação propriamente dita de uma universidade pública permanente em seu território. Neste período, estavam ressurgindo as questões de adequação das instituições ao novo governo República: que tipo de Estado-nação deveria realmente o Brasil seguir, se as relações entre Estado e sociedade deveriam ser realmente centralizadoras ou descentralizadoras,

^[6] A palavra **Estado** é mais adequada para ser usada nos dias atuais. Para aquela época, a palavra adequada é **província**, mas o autor deste artigo adotará a palavra **Estado** ou **cidade** sem restrição de época neste artigo em manuscrito.

a qual tendência ideológica e teológica seguir. Portanto, novamente, como se vê, ressurgiu as mesmas questões e conflitos ocorridos no começo de 1822, que conduziu à independência política e, posteriormente, conduziu à proclamação para governo Republicano em 1889. Nesse presente momento, todo o governo brasileiro estava passando por grande conflito interno generalizado. Uma tentativa de solução para esses velhos problemas, para alcançar a tão desejada soberania, nacionalidade, união e modernidade aceitável pela ideologia Europeia ou dos USA, foi dada através de um golpe de Estado na Primeira República. Solução um pouco diferente daquela adotada no final de 1822, quando D. Pedro I foi proclamado Imperador do Brasil. Mas, solução bem semelhante àquela adotada no final de 1889, quando foi proclamado o governo República Presidencialista no Brasil.

Nesse panorama, os governantes da província de São Paulo estavam mais cheios de contras do que pros as duas tendências, política, econômica e teológica (Europa e USA), para decidir quais relações deveria haver entre Estado e sociedade. Assim, o cenário no final da Primeira República, em São Paulo, era de conflitos constantes, a tensão entre os diferentes interesses era grande,. BOTELHO expressa essa tensão assim:

Para completar a independência iniciada há um século, caberia ao Estado promover aquela adequação entre instituições e cultura, objeto do compromisso e garantia de participação dos próprios intelectuais na construção nacional. Mas, cumpre ressaltar, o sucesso da empreitada estaria condicionado à capacidade do Estado em, simultaneamente, incorporar a experiência histórica das elites dirigentes tradicionais e promover a centralização e o fortalecimento do poder como base de ordenação da sociedade nacional. [...]

José Murilo de Carvalho (1996, p.129), já caracterizava a elite política imperial brasileira “à semelhança de outras elites de países e capitalismo retardatário ou frustrado”. [...] Em O espelho de Ariel, Ronald de Carvalho (1976, p.137) observa que, ao contrário do que queria Elísio de Carvalho, não “somos nem seremos nunca uma sociedade de salões, de intrigas amáveis, de solertes disfarces. Quem foram os nossos mais puros fidalgos, os que fundaram a nacionalidade? Antes do mais, homens de ação, idealistas é certo, mas cheios de belo entusiasmo que só os horizontes vastos da terra sabem despertar”. Daí, suas constantes referências a Oliveira Vianna. Segundo Ronald, Vianna havia demonstrado em *Populações meridionais do Brasil*, publicado em 1920, “o papel dos senhores de engenho e dos fazendeiros, na evolução da sociedade nacional”, isto é, que o “grande domínio agrícola, como o castelo roqueiro do barão feudal, foi a base de todo o nosso progresso econômico e social” (ibidem, p.120). Ronald mostra-se particularmente interessado na tese de que teria cabido ao “**clã rural**” e não aos municípios e comunas, “implantadas artificialmente aqui, por imitação dos sistemas políticos europeus”, o papel de “*célula da vida pública*” no Brasil (ibidem, p.121, grifos no original). Vemos, assim, como o debate tão importante no Império entre Tavares Bastos e o Visconde do Uruguai retorna nos anos 1920 [...] - [Botelho, Ferreira, 2022, p. 50-51, 9].

Tais duas tensões ideológica, política e econômica diferentes tiveram como pretexto, para o conflito direto, a indicação por **Washington Luís**, presidente da República, de **Júlio Prestes**, candidato do Estado de São Paulo, para sucedê-lo, sendo que deveria ser indicado um candidato do Estado de Minas Gerais para dar continuidade à **política café com leite**: ora o Estado de São Paulo, ora o Estado de Minas Gerais na presidência da República. Tal ruptura com esse método da Primeira República de governar conduziu o governo de Minas Gerais a unir-se aos governos da Paraíba e do

Rio Grande do Sul e considerar o governo de São Paulo como um potencial inimigo político. Neste contexto, esses três Estados unidos formaram a **Aliança Liberal**, sendo que, de comum acordo, os governantes do Rio Grande do Sul indicava **Getúlio Vargas** como candidato à presidência da República, os governantes da Paraíba indicava **João Pessoa** como vice-Presidente e o governo de Minas Gerais concordava com essa indicação retirando seu candidato do pleito: **Antônio Carlos**. Do lado oposto, continuou a indicação de Júlio Prestes pelos governantes do Estado de São Paulo e tendo como indicação para vice-Presidente **Vital Soares**, para disputarem as eleições em 1930 [Lima, Neto, 2019, 13].

O resultado da eleição foi a vitória de Júlio Preste para presidente da República e seu vice-Presidente: Vital Soares, ou seja, vitória dos paulistanos. E, para acirrar mais o conflito, o vice-Presidente de Getúlio Vargas: João Pessoa, por parte da Paraíba, foi assassinado por, talvez, opositores de seu próprio Estado. Entretanto, a culpa da morte de João Pessoa foi atribuída ao governo de Washington Luís. Diante de um possível confronto armado, os três Estados unidos, ou seja, a Aliança Liberal, compartilhou interesses com a grande maioria das forças armadas brasileiras e recebeu seu apoio armado. Em 24 de outubro de 1930, **as Forças Armadas** retiraram com força Washington Luís da presidência da República. Uma junta provisória militar ficou como governo provisório. Assim, acompanhado das Forças Armadas, Getúlio Vargas foi ao Rio de Janeiro, onde assumiu a presidência da República do Brasil em 3 de novembro de 1930 [Lima, Neto, 2019, 13]. Desse modo, terminou a Primeira República e sua política do café com leite e iniciou-se um **Governo Provisório**, o primeiro dos três períodos da era Getúlio Vargas.

Todo esse conflito interno brasileiro tem suas origens no exterior: na Europa e nos USA. Nesta direção, lembre o observador leitor que, na Europa, havia ocorrido a I Guerra Mundial, que não resolveu os conflitos de interesses das grandes nações Europeias em potenciais expansões pelo Mundo. Também, havia ocorrido a **Crise de 1929**, que foi uma das maiores crises no mercado das relações econômicas da expansão do Capitalismo. Essa crise foi gerada pela falta de princípios reguladores do liberalismo econômico do Capitalismo acompanhada de superprodução, excesso de créditos e ações de lastros de especuladores nas relações econômicas. Assim, em outubro de 1929, a Bolsa de Valores de *New York* foi desestruturada: “Quebra da Bolsa”. Como consequência, todo o Mundo Capitalista foi afetado e resultou em falências de empresas, desempregos, instabilidades políticas e sociais, miséria e desconfianças desse liberalismo ou democracia Capitalista [Mazzucchelli, 2008, 14]. Estas são as principais causas externas dos conflitos ocorridos no final da Primeira República brasileira resultando seu fim e ruptura na forma de conduzir a instrução pública superior ou não para a sociedade brasileira.

Nesse contexto, a estrutura de produção de produto dos Estados brasileiros era de modelo agrário, pecuário e produtor de metais, que, opcionalmente, não exigia qualificação profissional tecnológica. Então, ao assumir a presidência da República, um dos primeiros atos de Getúlio Vargas

foi na direção do Sistema educacional do Brasil com a criação do Ministério da Educação e Saúde (**MES**) ainda em 1930. Ato decreto, também, sustentado pela elite intelectual brasileira, que afirmava ser o analfabetismo uma das grandes barreiras para o modernismo com suas novas tecnologias da época [Medeiros, 2020, 15].

4 O ESTADO NOVO

Terceiro Período, 1930-1945 - Nacionalismo, centralização política e econômica, modernismo com um novo Sistema de ensino e as universidades

Esse período foi iniciado com a retirada do governo federal das mãos de Washington Luís e da oligarquia da política café com leite. Em outras palavras, com o fim da Primeira República, onde o último presidente foi Washington Luís. Então, a partir daí, direcionar uma aceleração na implantação do modernismo e buscar uma nova tendência política e econômica nessa direção. Assim, os governantes pudessem conduzir à independência econômica e tecnológica das nascentes indústrias brasileiras para além do capital exterior da Europa ou dos USA.

Nessa direção, Getúlio Vargas em seu Governo Provisório nomeou **Francisco Campos** como ministro para assumir o Ministério da Educação e Saúde (**MES**). Nesses dias, a estrutura de ensino brasileira, principalmente particular, era dominada pela ideologia de ensino dos teólogos, essencialmente, da **Igreja Católica**. Nesta ideologia de ensino, as mulheres recebiam ensinamentos separados dos ensinados para os homens. Neste sentido, o conteúdo do ensino, essencialmente, era na direção de problemas domésticos, matrimoniais e maternos. Na contra-mão dessa ideologia de ensino, havia os **Renovadores** ou Escola Nova, que defendiam um ensinamento gratuito para ambos os sexos e leigo. Portanto, vinha ocorrendo um conflito entre esses dois Modelos de estrutura ensino, que foi aumentado em território brasileiro. Nos anos 1930, esse conflito tomou dimensões gigantescas e gerou uma bipolaridade na forma de ensinamento dos saberes constituídos para civilizar o Homem [Medeiros, 2020,15]. Neste contexto, os ensinamentos tomando como base a teologia correspondia à “Velha Metrópole Europeia” e os ensinamentos tomando como base a leiguice correspondia aos frutos das Revoluções Industriais e Comerciais, ou seja, do Capitalismo, Socialismo, Fascismo e Nazismo em expansão e domínio pelo “Velho e Novo Mundo”.

Nesse conflito, em 1931, no mês de dezembro, Renovadores e Católicos foram reunidos na IV Conferência de Educação, onde foi dado a atribuição de elaborarem um projeto de estruturação do ensino ou instrução pública para a população do Brasil. Entretanto, o debate entre os dois grupos entrou nos limites da disputa ideológica. Os Católicos não aceitavam perder a influência que haviam conquistado desde o passado na área da estruturação e ensino do conhecimento no Brasil. Desse modo, não ocorreu um acordo comum. Então, em separado, os Renovadores lançaram o “Manifesto dos

Pioneiros da Educação Nova”, onde, por escrito, ficaram definidos seus objetivos, princípios e o Modelo de universidade, que defendiam [Palma Filho, 2005, 16].

Simultaneamente, por causa do panorama político e econômico interno e externo no Brasil, interno: ruptura com a política café com leite e revolta do Estado de São Paulo, externo: Quebra da Bolsa de *New York* e expansão do socialismo, fascismo e nazismo, Getúlio Vargas e seus aliados vinham governando por meio de decretos-leis desde 1930 até 1934. Neste contexto, fecharam as sedes dos Legislativos provinciais e nacional. Por ato compulsório, aposentaram os Ministros da Suprema Corte Nacional e se comprometeram convocar uma nova Assembleia Nacional Constituinte para restaurarem a ordem nacional. Entretanto, intensificaram mais a centralização de poderes políticos e econômicos nas mãos do governo federal. Por esse meio, nomearam interventores para cada Estado da federação, usualmente, era nomeado um tenente das Forças Armadas, que o tinha apoiado na ascensão da presidência do governo federal. Mas, para o Estado de **Minas Gerais**, o governante da República não nomeou interventor e, para o Estado de **São Paulo**, nomeou um interventor federal não paulistano. Tais atos somados à retirada de Washington Luís da presidência da República conduziram o conflito político entre os da Primeira República e os do Governo Provisório para ações antagônicas críticas. Por isso, foram feitas manifestações em São Paulo contra Getúlio Vargas na presidência da República.

Nessa intriga entre ambos os lados, uma instituição Jornalista de tenentes foi invadida e quatro jovens estudantes foram mortos: **Martins**, **Miragaia**, **Dráusio** e **Camargo**. As siglas de seus nomes foram usadas na formação da nascente manifestação **MMDC**, que tinha em sua origem os descontentes da oligarquia cafeeira paulistana da Primeira República, da classe média paulistana e de uma parte das Forças Armadas. Um dos objetivos dos manifestantes de São Paulo era forçar Getúlio Vargas convocar eleições para a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte e, assim, elaborar uma nova Constituição.

Neste momento crítico, as Forças Armadas do Estado de São Paulo e seus defensores contavam com 8500 Homens aproximadamente. Entretanto, a parte das Forças Armadas do governo presidencial era bem mais superior e da ordem de 18000 Homens. A partir de 9 de julho, houve um afrontamento armado e a distância entre os dois lados durante mais de três meses, que ficou conhecido como a **“Revolução” Constitucionalista de 1932**. A este conflito, o historiador brasileiro FAUSTO relata que:

[...] O ataque sobre o território paulista foi lançado a partir do sul do Estado, da fronteira com Minas Gerais e o Vale do Paraíba. De meados de setembro em diante, a situação dos revolucionários tornou-se cada vez mais precária. Os mineiros ocuparam Jundiá e Itu e, no Vale do Paraíba, as tropas federais ganharam terreno, entre marchas e contramarchas. A ameaça de ocupação da cidade de São Paulo tornara-se real. Por fim, representantes da força pública paulista reuniram-se em 1º de outubro de 1932 com o general Góis Monteiro, em seu quartel-general de Cruzeiro, no Vale do Paraíba. A Força Pública decidiu render-se, em um gesto que poupou vidas e pôs fim às últimas esperanças de resistência [...] - [Fausto, 2013, p. 299, 17].

Desse modo, para aquele presente, ocorreu a derrota armada do governo do Estado de São Paulo e seus defensores da política adotada na Primeira República. Mas conquistaram a vitória política naquele momento, porque o governo federal sentiu-se obrigado a convocar eleições para a formação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Nesse presente momento, foi estabelecido um lapso temporal de pacificação forçada entre o governo federal e os governantes dos Estados na contra-mão do governo federal, período denominado de **Governo Constitucionalista**. Em conjunto com a elaboração da **segunda Constituição Republicana**, essa pacificação forçada propiciou:

(6) a fundação da Universidade de São Paulo (**USP**), na cidade e Estado com o mesmo nome, e a fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (**UFRGS**), no Estado com o mesmo nome e na cidade de Porto Alegre, respectivamente, a sétima e a oitava universidades em território brasileiro em 1934 [MEC, 2021, 10; Wikipédia, 2021, 11].

Mas, relembre o observador leitor que, durante o Governo Constitucionalista de Getúlio Vargas, o Mundo exterior estava passando por uma fase de grandes antagonismos. Na Europa, surgiram governos totalitários e expansionistas em algumas nações desse continente. Espalharam-se as ideologias nazista, fascista e socialista, respectivamente, na Alemanha, com Adolf Hitler, na Itália, com Benito Mussolini e na União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (**URSS**), com Joseph Stalin, que são frutos colhidos das insatisfações dos resultados do final da I Guerra Mundial e as Revoluções Industriais. Do lado Norte-Americano, dos **USA**, permaneceu a ideologia econômica Capitalista em expansão e desenvolvimento.

Todo esse processo de transformação no Mundo exterior, como de praxe, refletiu para o território brasileiro e em vários outros do planeta. Neste contexto, no Brasil, formou-se a Ação Integralista Brasileira (**AIB**) com origem na tendência ideológica fascista e tendo como líder **Plínio Salgado**, que rejeitava o Capitalismo financeiro internacional aliado aos judeus; entretanto, valorizava a propriedade particular. O *slogan* desse grupo era “**Deus, Pátria e Família**” e tinham como opositores os socialista pagãos e laicos. Assim, para fazer oposição a **AIB**, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (**ANL**) com origem na tendência ideológica socialista e democrática, seu principal líder era **Luís Carlos Prestes**, o Cavaleiro da Esperança. O líder da Coluna Prestes durante a década de 20,, que após ficar um longo período no exílio, estava na União Soviética e retornou ao Brasil. Cinco dos objetivos desse grupo eram o não pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, o respeito as liberdades individuais e a instalação de um governo popular brasileiro.

Nesse panorama ideológico, político, econômico e social, não demorou muito e o presidente Getúlio Vargas e seus aliados decretaram o movimento da **ANL** como sendo ilegal em território

brasileiro em 1935. Por isso, neste ano, em novembro, ocorreu uma suposta tentativa de **golpe da ANL** para retirar Getúlio Vargas da presidência da República, mas não foi bem organizada e não tiveram êxito: foi a denominada **Intentona Comunista**. O líder dessa manifestação, Luís Carlos Prestes e sua companheira Olga Benário, de origem germânica, foram imediatamente presos pelas forças de segurança nacional brasileira. Nessa direção, aproveitando-se desse conflito, em 1937, foi sustentado a existência de um suposto plano pelos socialistas e armado para retirar Getúlio Vargas da presidência. Hoje, provas históricas confirmam que esse plano foi forjado por membros do próprio governo e dado a sigla COWEN ou COHEN para esse plano. A respeito deste fato, descreveu o professor FERREIRA:

No dia 27 de setembro de 1937. O general Dutra reuniu em seu gabinete os generais Góis Monteiro (chefe do Estado-maior do Exército), Almério de Moura (comandante da 1ª Região Militar), José Antônio Coelho Neto (diretor de Aviação), Newton de Andrade Cavalcanti (comandante da 1ª Brigada de Infantaria) e Filinto Müller (chefe de polícia do Distrito Federal). O movimento da reunião foi à descoberta do suposto Plano Cohen, documento que descrevia um plano comunista que iria ser posto em prática para dominar o governo (mais tarde, descobriu-se que o plano era falso, e elaborado por integralistas) [...] - [Ferreira, 1990, p. 314, 18].

Por esse meio, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas e seus defensores engendraram um **contragolpe de estado e ordem** ao conseguirem o apoio da grande parte das Forças Armadas e da classe civil dominante naquele momento. Desse modo, permaneceu na presidência da República do Brasil sem limite de fim de tempo e continuou governando, novamente, através de decretos-leis até 1945. Este período foi dado o nome de **Estado Novo** e se estendeu de **1937** até **1945**. Somente, terminou quando os USA e seus aliados venceram a II Guerra Mundial. Neste momento, o governo brasileiro foi “convidado” a participar da guerra, vitória e ideologia Capitalista do lado dos USA.

No Estado Novo, foi dado maior ênfase ao Sistema de educacional e ensino superior do que nos períodos anteriores da República dos Estados Unidos do Brasil^[7]. Como já argumentado nos parágrafos precedentes, a causa dessa ênfase foi a importância emergente e continua de qualificar uma quantidade razoável da população brasileira para trabalhar nas incipientes “indústrias” e outras instituições nascentes da modernização da sociedade e Estados brasileiros. Nesta direção, a pesquisadora das ciências humanas ANDREOTTI afirmou que os projetos do Sistema de ensino, naqueles dias, continham a implementação dos cursos **técnicos profissionalizantes**, que tinha por objetivo a formação de mão de obra qualificada para a crescente **indústria** e o **comércio**, em especial, e para a **agricultura** e a **pecuária** moderna, mas direcionados para a classe empobrecida economicamente (popular). Também, continham a implementação do **ensino secundário**, que tinha como objetivo a formação para ingresso nas universidades, mas, especificamente, direcionado para a

^[7] A região espacial, econômica e política, que hoje é dado o nome de Brasil, teve outros nomes na sua existência passada. República dos Estados Unidos do Brasil foi um dos nomes que essa região recebeu e ficou estabelecido pela Constituição de 1891 [Deodoro da Fonseca, 1889, 19].

classe de poder econômico elevado (elite) [Andreotti, 2006, 20]. Desse modo, os Estados Unidos do Brasil poderiam ter nacionalmente pernas, braços e cabeças para trabalharem o desenvolvimento e a integração política e econômica de todas as partes do corpo da nação brasileira.

Para progredir nessa direção, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde (MES) tinha como propósito **principal** gerar condições adequadas para se qualificar trabalhadores para a indústria e o comércio. Além da qualificação específica dos Homens do campo para permanecerem na agrícola e pecuária e, assim, evitar migração da população rural para as grandes cidades: o êxodo rural. Mais além, como propósito **secundário**, o ministro do MES teve a tarefa de legislar e decidir a respeito de qual Modelo de ensino superior (universidade) vingar nas províncias brasileiras. A esse respeito, a pesquisadora das ciências humanas, do Núcleo de Pesquisas do Ensino Superior da Universidade de São Paulo, SAMPAIO, defendeu que:

Esta reforma estabelecia que o ensino superior deveria ser ministrado na universidade, a partir da criação de uma faculdade de Educação, Ciências e Letras. No que diz respeito à organização do sistema, a reforma previa duas modalidades de ensino superior: o sistema universitário (oficial, mantido pelo governo federal ou estadual, ou livre, mantido por particulares) e o instituto isolado. A administração central da universidade caberia ao conselho universitário e ao reitor, que passava a ser escolhido a partir de uma lista tríplice, medida que vigora até hoje. A reforma estabelecia também como deveria ser composto o corpo docente (catedráticos e auxiliares de ensino, submetidos a concursos, títulos e provas) e dispunha ainda sobre questões como ensino pago, diretório de estudantes etc.

Apesar de todas essas disposições, a Reforma do Ministro dos Negócios da Educação e Saúde, **Francisco Campos**, fez pouco para colocar em prática o ideal de universidade que havia mobilizado intelectuais e educadores dos anos 20, ainda que não tivesse se limitado a conservar o ensino superior nos moldes tradicionais. O cerne da reforma, a nova Faculdade de Ciências, tinha como principal objetivo a formação de professores para o ensino secundário e apesar dessa missão não ser incompatível com a produção do conhecimento e com a prática da pesquisa, acabou tendo maior prioridade^[8].

Com isso, a **universidade idealizada nos anos de 20**, além de não ter encontrado sua expressão legítima na Reforma Francisco Campos, tampouco refletiu-se na política do governo Vargas ao longo de toda a década de 30. Este período assistiria à criação de dois projetos universitários que teriam continuidade, o da Universidade de São Paulo e o da Universidade do Brasil, e o projeto frustrado da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro ^[9] [...] - [Sampaio, 1991, 21].

Neste contexto, a reforma do Modelo de ensino e o Modelo de universidade em território brasileiro tinha como uma das barreiras, novamente, o conflito entre as duas ideologias de instrução pública: os Renovadores contra os Teológicos (católico principalmente). Esse conflito, também, se dava com os governantes da República e suas modificações ideológica, política e econômica, as quais

[8] “O ministro **Francisco Campos** dizia temer a possibilidade de que as faculdades de ciências se “tornassem adorno ou decoração pretenciosa em casa de pobre”. Para ele, a universidade deveria ter uma função de caráter pragmático e de ação imediata; “Ao lado de órgão de alta cultura e ciência pura desinteressada, ele deveria ser, antes de tudo e eminentemente um instituto de educação, em cujas divisões encontrem todos os elementos próprios e indispensáveis a formar nosso corpo de professores, particularmente, os do ensino normal e secundário, porque deles, de modo próximo e imediato, depende a possibilidade de se desenvolver, em extensão e profundidade, o organismo ainda rudimentar de nossa cultura.” Citado por Azevedo, 1963, p.39”

[9] “Para a história dos projetos universitários da década de 30, veja Schwartzman, Bomeno e Costa, 1984; para a Universidade do Distrito Federal, Paim, 1982.”

colocava a questão: Qual a melhor direção ideológica, política, econômica e de Modelo de universidade seguir? Independente da escolha de cada um, o caminho predominante para seguir estava ditado pelas mãos do “mais forte” local e, também, externamente ao Brasil, sim ou não? Por favor, segure sua resposta e continue lendo atentamente este manuscrito.

Naturalmente, nesse período de confronto ideológico, político e econômico a preocupação com o **Sistema de ensino** profissionalizante dizia pouco respeito ao interesse de um ensino integral do Homem. Portanto, ficaram as transformações dos governantes no Sistema de ensino para servir aos interesses tecnológico, econômico e político de seus planos de desenvolvimento do Estado e civilização. Nesta direção, as ações reformadoras de **Gustavo Capanema** foi na mesma direção das ações realizadas por **Francisco Campos** no Ministério dos Negócios da Educação e Saúde (MES) [Andreotti, 2006, 20].

Mas, o antigo pacto, que havia desde o Império, entre teólogos e os governantes brasileiros para exercerem as tarefas do Sistema de ensino, ficou totalmente enfraquecido e, conseqüentemente, desfeito. Fato que ficou concretizado, devidamente, quando os católicos com **sua iniciativa particular** interessaram-se fornecer serviço de formação dos profissionais de nível superior, não mais como aquele que estava fazendo desde 1931^[10], mas por meio de cursos universitários pagos. Então, em 1941^[11], fundaram uma das primeiras universidades particulares em território brasileiro:

(7) a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (**PUC/RJ**), na cidade e Estado com o mesmo nome. [MEC, 2021, 10].

A respeito de todo esse conflito sobre o Sistema de ensino superior, o pesquisador das ciências humanas GUIMARÃES DE SOUZA argumentou que:

Em 1935, Anísio Teixeira criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), que tinha como um dos principais objetivos “a renovação e a ampliação da cultura e os estudos desinteressados”. As atividades voltadas a pesquisa foram estimuladas, mesmo com baixos recursos financeiros, com o objetivo de desenvolvimento social. A UDF surgiu com um princípio diferente das outras universidades do Brasil, inclusive da USP, caracterizando-se por tentar colocar em prática “as concepções e propostas da intelectualidade que ligada à ABE e à ABC, empunhara, na década anterior, a bandeira da criação da universidade como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada” (Almeida, 1989, p.195 apud Fávero, 2006, p. 25).

Foi considerada uma grande vitória alcançada pelos educadores liberais desse período, mas que não teve apoio do governo, sendo extinta em 1939 pelo Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro (Fávero, 2006). Seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil (UB), anteriormente denominada de Universidade do Rio de Janeiro. Devido ao clima autoritário estabelecido pelo Estado Novo, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, elaborou novo projeto universitário, de carácter conservador e centralizado, em que a

^[10] O pacto entre teólogos e os governantes brasileiros tinha se estendido na direção do ensino superior, mas as tendências de modernização, naqueles dias, exigiam outro tipo de conduta para a formação intelectual do Homem contemporâneo.

^[11] A PUC/RJ foi fundada em meados de 1941, mas oficialmente reconhecido pelo governo somente através do Decreto nº 8.68. 1946.

Universidade do Brasil seria um modelo único de Ensino Superior em todo o país (Oliven, 2002; Fávero, 2006). [...]

A Universidade do Distrito Federal, dirigida por Anísio Teixeira, sofreu rejeição dos setores conservadores, entre eles a Igreja Católica, por seu caráter liberal. Esta instituição apontava como principal responsável pela crise brasileira a dissociação entre **Igreja e Estado**. Para reverter esse quadro e promover “a recristianização” das elites do país, em 1946, pelo Decreto nº 8.681, surgiu a primeira universidade católica do Brasil, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), do Rio de Janeiro, tendo em seu currículo a frequência ao curso de cultura religiosa (Oliven, 2002) [...] - [Guimarães de Souza *et al*, 2019, p. 1-2, 12].

De toda análise contida nos parágrafos precedentes, lembre-se que os governantes brasileiros não estavam participando da II Guerra Mundial. A sede do Capitalismo (os USA) estava com seus interesses, essencialmente, voltados para os territórios em guerra porque, também, estava participando dela. Portanto, a maior quantidade de capital das grandes nações estava na direção da Guerra e os países da América Latina (Brasil, *etc*) e do continente Africano ficaram com pouco capital de investimento externo para promover o modernismo nas suas regiões locais. Essa pouca presença de investimento de capital externo atingiu os governos de Getúlio Vargas e contribuiu para afetar de modo negativo às pretensões de modernização do Estado brasileiro e seu Sistema de ensino.

5 DUAS IDEOLOGIAS POLÍTICA E ECONÔMICA EM DISPUTA MUNDIAL

Quarto Período, 1945-1964 - A Bipolaridade ideológica e o início da “Guerra Fria” e seus reflexos na sociedade brasileira

Nas subseções 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6 e 5.7, que seguem, são dissertados e argumentados os fatores político, econômico e ideológico, que conduziram ao desarranjo e término do Estado Novo nos Estados Unidos do Brasil., durante o período de 1945 até 1964. Mas, essencialmente, os efeitos desses fatores sobre as universidades são feitos somente no final desta seção, isto é, na **seção 6**. Entretanto, preliminarmente, esses fatores agravaram a crise nas universidades que estavam sendo fundadas, porque, mesmo tendo um papel importante para se alcançar o modernismo, paralelamente, poderiam ser usadas para ir contra os interesses dos governantes presidenciais e seus aliados. Neste sentido, os governantes brasileiros, que se alinharam ao vitorioso líder Capitalista pós II Guerra Mundial, aos poucos e aos trancos, determinaram o Modelo de universidade e seus objetivos, que eram de interesse do Estado-nação.

5.1 ANTECEDENTES DO FIM DO ESTADO NOVO: O FINAL DA II GUERRA MUNDIAL

Continuando os acontecimentos ocorridos no governo federal de G. Vargas sustentados na secção 4, em relação ao exterior, G. Vargas e seus aliados mantiveram um relacionamento político e econômico externo oscilando entre ambas as partes em guerra [Lima, Neto, 2019, 13]. Mas procurava apontar na direção da mais vitoriosa ideologia política, econômica e social Mundial e, simultaneamente, conseguir a independência econômica do Brasil em relação ao exterior através da proposta de modernização e reservas de capital em cofre do governo federal.

Nesse contexto, em setembro de **1939**, o EIXO^[12] e os ALIADOS^[13] tinham declarado guerra frontal um contra o outro e, somente, terminou em **1945**, quando ocorreu a vitória pela força armada dos ALIADOS. Portanto, como consequência geral, os idealismos fascista e nazista foram enfraquecidos e, quase, totalmente destruídos. Mas, as ideologias Capitalismo e Socialismo, relativas à política, economia e social, respectivamente, correspondente aos USA e a URSS, ficaram mais fortalecidas na esfera local de seus territórios e Mundial [Ferreira, 2017, 22]. Desse modo, a partir de 1945, o Mundo ficou **bipolarizado** com essas **duas tendências ideológicas**, que passaram ao confronto entre si, mas de modo à distância, não declarado diretamente. Esta foi uma das principais causas da geração de diversos conflitos locais ao redor do Mundo, onde essas ambas ideologias se afrontavam em guerra, até mesmo de braços armados, mas aos olhos da população local tudo parecendo ser uma disputa ou guerra nacional apenas.

Assim, quando a vitória estava assegurada sobre o EIXO, o presidente dos USA, Franklin Delano Roosevelt, **convidou**^[14] o presidente dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, para participar da guerra. A partir desse momento, o presidente do Brasil em posição de alinhamento do lado dos **ALIADOS**, mais especificamente, do lado dos USA, que defendiam o Capitalismo econômico com práticas democráticas. Este alinhamento político, ideológico e econômico externo **forçou** o governante brasileiro promover mudanças em seu Sistema político, econômico e social interno na direção de torná-lo um verdadeiro governo Republicano democrático [Ferreira, 2017, 22]. Esse esforço fez com que a maior parte dos **aliados** do Estado Novo com Getúlio Vargas, ou seja, a maior parte das Forças Armadas e outras classes civis dominantes brasileiras e estrangeiras, rapidamente e progressivamente, passassem se opôr à própria ideologia da política diretriz do Estado

^[12] A denominação **EIXO** foi dada para se referir ao grupo constituído dos seguintes países: Alemanha, Itália e Japão, que defendiam as ideologias nazista, fascista ou similares.

^[13] Para o lado contrário, a denominação ALIADOS foi dada para se referir ao grupo constituído dos países: Reino Unido (UK), França, União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) e Estados Unidos da América (USA), que tinham a ideologia Capitalista no modo de fazer comércio e acordos sociais, com exceção da URSS, que tinha a ideologia Socialista nas relações comerciais e sociais.

^[14] O convite foi feito depois de ter ocorrido um conjunto de ações no governo e território brasileiro, que conduziram o presidente da República, Getúlio Vargas, tomar o rumo do alinhamento do Capitalismo econômico democrático em expansão pelo Novo e Velho Mundo.

Novo. Consequentemente, passaram surgir manifestações direcionadas para a construção de um Estado-nação democrático.

Nessa direção, o presidente do Estado Novo desfez a censura à imprensa escrita e falada, anistiou os presos políticos e direcionou a política interna brasileira no caminho democrático com a fundação de dois partidos políticos. A saber, esse **bipartidarismo** foi constituído do Partido Social Democrático (**PSD**) de natureza empresarial e o Partido Trabalhista Brasileiro (**PTB**) de natureza defensiva dos direitos da classe dos trabalhadores da indústria, comércio, pecuária e agricultura. Em seguida, deu condições de preparação de eleições para os cargos públicos do Brasil: presidente da República, *etc*, para serem realizadas em 1945 e com ele sendo um dos candidatos à presidência dessa República. Dentro desse contexto político, o Partido Comunista^[15] Brasileiro (**PCB**), novamente, organizou-se em território brasileiro após ter permanecido como organização social ilegal [Lima, Neto, 2019, 13]. Mas, inicialmente, ficou à margem da política brasileira dominada pelos partidos PSD e PTB constituídos pelos próprios governantes federais.

Seguidamente à fundação do bipartidarismo, surgiu uma manifestação, onde foi pleiteada a eleição de Getúlio Vargas, movimento que foi dado o nome de **QUEREMISMO**. Este movimento, de um lado, reacendeu as brasas do enfraquecido Estado Novo com Getúlio Vargas. De outro lado, o presidente do Estado Novo, também, havia tomado algumas ações políticas e econômicas, que desagradavam os interesses do principal representante do Capitalismo econômico democrático em expansão, por exemplo: a Lei Ante Truste, *etc*.

Com relação a todos esses acontecimentos, o professor CARVALHO argumentou assim:

À medida que se tornava clara a vitória dos Aliados, intensificava-se a preparação para a democratização e o apelo aos operários. A imagem de Vargas como o “pai dos pobres”, o amigo dos operários, foi sendo sistematicamente construída. O movimento chegou ao auge com a proposta de uma Assembleia Constituinte com Vargas, apoiada até mesmo pelo Partido Comunista do Brasil. Essa guinada, foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas. Estas, ou melhor a facção que as dominava, já então tomadas pelo anticomunismo e pela pretensão de guiar o Estado, não aceitaram a busca de novo ator político que lhe era política e ideologicamente antagônico [...] - [Carvalho, 1999, 24].

Então, em um contexto geral, muitas das atitudes políticas do presidente Getúlio Vargas não agradaram aos interesses dos USA. Desse modo, a maior parte das Forças Armadas brasileira, que apoiavam Getúlio Vargas, tomou a direção do alinhamento direto com os USA, na medida em que foi se colocando contra a propagação e expansão do Socialismo em território brasileiro e na América

[15] Aqui, é conveniente distinguir que não havia **Comunismo** propriamente dito em prática em lugar algum do Mundo Terrestre e, até hoje, não há. O Partido Comunista Brasileiro (**PCB**) correspondia mais exatamente à ideologia \Socialista, que tinha como fonte a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (**URSS**), que, também, não era exatamente a ideologia do **Comunismo** [Marx, Engels, 1848, 23] propriamente dito na prática e na teoria. Assim, é enganoso ou, no mínimo, um exagero de propaganda, caracterizá-los como **Comunistas**. O coreto é afirmar que houve uma ideologia política e econômica **Socialista** direcionada pela URSS.

latina. Esta tomada de posição foi o contra a ameaça **Socialismo**, mas com o uso da palavra **Comunismo**. Nesta pressão político interno e externa, Getúlio Vargas perdeu a posição de candidato representante da política nacional. Essa insuportável pressão política, em 29 de outubro de 1945, fez com que Getúlio Vargas renunciasse à presidência da República a convite de seus opositores. Logo depois, ele foi conduzido por agentes das Forças Armadas para seu Estado de origem, Rio Grande do Sul, mas não sofreu exílio político completo e não perdeu seus direitos civis. Com sua renúncia, inicialmente, a grande parte das Forças Armadas opositora de Getúlio Vargas ficou sem suporte para um golpe de Estado e aceitou ocorrer a democratização política, mas rejeitou o alinhamento com o suposto **Comunismo** (Socialismo).

5.2 TRANSIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL DE G. VARGAS PARA O GENERAL E. G. DUTRA: DEMOCRATIZAÇÃO

Após a renúncia e afastamento de Getúlio Vargas da presidência da República, foram convocadas eleições para o parlamento e para presidente do Brasil em 2 de dezembro de 1945^[16]. Para presidente da República foram inscritos os seguintes candidatos no Superior Tribunal Eleitoral [Lima, Neto, 2019, 13]:

1 - através do partido político União Democrática Nacional (**UDN**), após alguns acordos com parte das Forças Armadas e alguns empresários partidários, foi inscrito o brigadeiro Eduardo Gomes;

2 - através do Partido “Comunista” Brasileiro (**PCB**), após acordos entre seus defensores, foi inscrito Iedo Fiúza, e

3 - através do Partido Social Democrático (**PSD**), foi inscrito o general Eurico Gaspar Dutra, ex-Ministro do Ministério da Guerra do Estado Novo de Getúlio Vargas.

O candidato do **PSD** com o apoio de grande parte das Forças Armadas brasileira e alguns empresários, jornalista e radialistas pressionaram sugestivamente Getúlio Vargas a conceder seu apoio ao seu ex-Ministro da Guerra contra a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, que era essencialmente robusta comparada à candidatura de seu opositor (o general Dutra), sem os eleitores do ex-presidente da República do Brasil (Getúlio Vargas). Deste modo, com o apoio de Getúlio Vargas, o general E. G. Dutra conseguiu ser eleito presidente dos Estados Unidos do Brasil e, durante seu mandato, não colocou em exílio o ex-presidente.

^[16] Interinamente, assumiu a presidência da República o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF): José Linhares [Lima Júnior, 1999, 25]

Por esse caminho, inicia-se um outro período de governo da República brasileira, a **Terceira República**, que se estendeu do final de 1945 até 1964 e foi caracterizado pelos reflexos iniciais da **bipolaridade** do poder Mundial. Assim, de um lado, havia o Capitalismo econômico democrático (dos USA) vitorioso e em expansão e, do outro lado, havia a ideologia Socialista (da URSS), também, em expansão, que, no Brasil, ficou mais conhecida como Comunismo^[17].

5.3 DE 1946-1951: GOVERNO FEDERAL DO GENERAL E. G. DUTRA, MODERNISMO COM CAPITAL E TECNOLOGIA EXTERNA CAPITALISTA, AMPLIAÇÃO E FEDERALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

O começo da **Terceira República** foi marcado pelo ressurgimento das transformações políticas e outras semelhantes àqueles já ocorridas no final de um período e início de outro período de governo Republicano brasileiro, em especial, semelhantes àqueles ocorridos no final dos anos **1920** e no final de **1929(30)**. Novamente, as causas principais dessas transformações tiveram origem externas, ou seja, desta vez, a **bipolaridade** do poder Mundial entre as duas grandes nações daquele momento: os **USA** e a **URSS**.

Então, por pressão de sugestão exterior, escolhido o alinhamento com a ideologia política e econômica dos USA, os ocupantes do Parlamento promulgaram a Constituição de 1946, onde o poder governante dos Estados Unidos do Brasil ficou dividido em 3 poderes: **Legislativo**, **Executivo** e **Judiciário**. Em relação ao ensino superior, **se repete** a tentativa de modificar o **Sistema de ensino superior**, que estava em desenvolvimento e expansão, inicialmente, voltado apenas para formar profissionais qualificados para atender às necessidades da inicial e possível expansão industrial em território brasileiro.

Entretanto, relembre o observador leitor que o Brasil ainda se encontrava bastante deficiente nos setores base de Energia, Transporte, Saúde, Alimentação e Educação, além da falta de uma Rede **bancária** e **industrial** completa, eficiente e voltada para a modernização do território brasileiro. Também, havia a questão da integração **espacial** e **política** do território, que era bastante vasto, não conectado eficientemente com as outras regiões, muita região não ocupada e politicamente heterogênea. Neste contexto, as relações comerciais e produtiva de bens de consumo ainda favorecia ser dominada pelo Setor Primário num todo nacional: agricultura, pecuária e mineração.

Nessas condições, o presidente E. G. Dutra e seus ministros deram muito incentivo às **importações** com o objetivo de abastecer o mercado interno brasileiro com específicos produtos industrializados, que a população não empobrecida exigia para sua permanência nas cidades brasileiras. Somando a essa ação, as **reservas de capitais** em cofre no Brasil estavam se tornando

^[17] Idem a nota de rodapé 17.

esgotadas; **de um lado**, porque ficaram desvalorizadas, visto que a Europa, o Japão e outros países, após a II Guerra, estavam arruinados e suas moedas e bens de valores estavam desvalorizados em relação ao dólar dos USA; **de outro lado**, porque a dívida externa ficou valorizada em relação as reservas de capitais em cofre no Brasil. Desse modo, reflexos da crise econômica Mundial, no início do após II Guerra, foram exportados para dentro do território brasileiro, mais as ações econômicas internas praticadas pelos governantes geraram um desequilíbrio entre **importação** e **exportação** de produtos. Portanto, como um dos resultados indesejáveis foi produzida uma enorme **inflação**.

Neste panorama econômico, mais o passado histórico do general e presidente, E.G. Dutra, na repressão à expansão do socialismo em território brasileiro e, adicionalmente, as pressões sugestivas dos governantes dos USA, fortemente, contribuíram para E. G. Dutra e seus ministros fazerem acordos **econômicos** e **políticos** na direção do alinhamento com a ideologia política e econômica contida no Capitalismo em expansão nas Américas: a Doutrina Monroe em ação [Alves, 2004, 26].

Então, progredindo nessa direção, foi criada a Missão Abbink^[18] em 1948, e assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)^[19]. A Missão Abbink consistia da criação de uma comissão com representantes dos dois países para discutir os caminhos tomados pela economia brasileira. O TIAR consistia da ampliação da rede de combate à expansão Socialista nos continentes da América (Américas do Sul, do Norte e Central). A fundação da Escola Superior de Guerra (ESG)^[20], também, refletia o alinhamento na direção da ideologia dos USA, porque houve participação de muitos militares dos USA em sua criação e bastante interferência destes em questões nacionais importantes.

Mas, na Missão Abbink e outros acordos e tratados não estavam estabelecidos cooperação econômica para o Brasil e a América Latina. Neste momento, os governantes dos USA estavam mais preocupados e interessados em reconstruir a Europa e o Japão. Portanto, as nações da América Latina: Brasil, *etc*, ficaram com pouco investimento estrangeiro e o prometido desenvolvimento industrial ficou comprometido e extremamente lento em território brasileiro.

Todos esses fatores conduziram para surgir uma crise generalizada, que se expandiu rapidamente durante o governo federal do general E. G. Dutra. Em 1948, uma resposta para combater essa crise foi dada pelo Departamento de Administração do Serviço Público (DASP)^[21] criado no governo de G. Vargas. Os diretores desse Departamento elaboraram um plano que tinha o objetivo de solucionar os problemas de integração territorial, econômico e político e solucionar os problemas para desenvolver as áreas emergentes de **Saúde**, **Alimentação**, **Transporte** e **Energia**. Esse plano recebeu o nome de plano **SALTE**, onde a própria sigla contém as letras iniciais maiúsculas dos nomes daquelas

[18] Maiores detalhes da Missão Abbink encontram-se em [Skiella, 2020, 27].

[19] A lei onde foi definido o TIAR pode ser encontrada em [Dutra, 1948, 28].

[20] Maiores detalhes a respeito da fundação e ações da ESG podem ser encontrado em [Bueno, 2014, 29].

[21] Detalhes específicos a respeito do DASP e o plano SALTE podem ser consultado em [Rabello, 2011, 30].

áreas emergentes, que deveriam progredir em direção do caminho da industrialização iniciada no governo federal de G. Vargas.

Entretanto, o foco político e econômico para produzir um desenvolvimento por meio da fundação de indústrias modernas havia mudado, não era a mesma do governo federal de G. Vargas. Agora, a influência dos ideais da ideologia contida no **Capitalismo** econômico democrático dos USA exigia pouca interferência do Estado nas relações da economia e da política, devendo ser praticado ações de descentralização política, redução do orçamento público, abertura ao investimento externo capitalista (USA), *etc.* Para complicar mais ainda, o presidente E. G. Dutra e seus ministros não tinham recursos econômicos e técnicos suficientes e meios materiais modernos para pôr o plano SALTE em prática.

Desse modo, aquela pretensão de independência iniciada no governo federal de G. Vargas, isto é, a pretensão de ter reservas de capitais e condições de infraestrutura para propiciar uma independência econômica brasileira, ficou totalmente sem sustentação e abandonada. Mas, não significou falta total de desenvolvimento nos setores emergentes proposto no plano, porque o presidente E. G. Dutra e seus ministros optaram obter recursos econômicos por meio de **empréstimos** e **financiamentos** externos. Essa opção conduziu a outro tipo de **soberania nacional**, ou seja, aquela onde a propriedade do bem a ser desenvolvido passa ser compartilhada com o objetivo de obter o desenvolvimento industrial local e outros. Assim, o plano foi submetido ao Congresso Nacional para aprovação, entretanto, foi aprovado somente em **1950**, quase no final do governo do general E. G. Dutra. Mas, também, não demorou muito para ser abandonado por causa da insuficiência financeira e da insuficiência de domínio tecnológico brasileiro, além de outras causas. Apesar disso, o Brasil teve um crescimento anual de aproximadamente 8% no final do governo do presidente E. G. Dutra [Ayres, Fonseca, 2017, 31].

Em relação ao Sistema de educação, o alinhamento na direção da ideologia dos USA fez com que o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani Bittencourt, e seus secretários retirassem dos currículos escolares conteúdos ideológicos introduzidos no governo federal de G. Vargas e, adicionalmente, adotaram diversas outras ações que alinhassem na direção do Capitalismo democrático dos USA. A respeito dessa mudança de paradigma, SENRA argumenta assim:

Indicam-se aqui dados de relevância da participação de Mariani como dirigente: ocupando o Ministério da Educação e Saúde, ele não se limitou ao desencadeamento do processo político que culminaria na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), processo iniciado em 1948 e somente concluído em 1961.

A gestão de Mariani na Educação coincidiu com a ampliação das políticas públicas sobre a mesma, num processo que deu continuidade, sob condições democráticas, às reformas ocorridas no período varguista (1930-1945). Houve investimentos em escolas de ensino fundamental e ocorreu a

ampliação e a **federalização** de **universidades**, em especial a Universidade do Brasil, com a elaboração do projeto de construção do campus da Ilha do Fundão, na cidade do Rio de Janeiro, então sede do Distrito Federal [...] - [Senra, 2017, p. 194-195, 32]

5.4 DE 1951-1954(6?): O RETORNO DE G. VARGAS PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA DURANTE A DEMOCRATIZAÇÃO, CAPITALISMO E SOCIALISMO EM DISPUTA E EXPANSÃO MUNDIAL

Pelo exposto nos parágrafos precedentes, no final do governo federal do general E. G. Dutra, o panorama político e econômico externo e interno ao Brasil, continuamente, contribuiu para **desintegrar a união** das três **Forças Armadas**, que havia afastado G. Vargas em 1945, e deixou parte dos empresários e comerciantes descontentes. Nesta direção, não foi possível fazer um candidato de união nacional para pleitear a presidência da República naquele momento. Então, uma alternativa para a maioria dominante e descontente, contrária aos interesses de uma maioria das Forças Armadas (em especial da UDN), foi o saudosismo a G. Vargas. Mas com objetivo de uma ampla democracia não centralizada no Estado ou Forças Armadas ou ambos. Nesse sentido, essa maioria dominante representada por Hugo Borghi^[22], Ademar de Barros e Samuel Wainer passou assediado G. Vargas para retornar à vida política e candidatar-se à presidência da República.[Mendonça, 2008, 33].

Essa desintegração da união das Forças Armadas fez com que a ala do partido da UDN, com o brigadeiro Eduardo Gomes, reclamasse para a ascender à previdência da República, ainda que fosse por meio da força. Por outro lado, a ala do partido do PSD, com o general E. G. Dutra, afrontou esses interesses assegurando evitar qualquer tipo de revolta militar, que fosse contrária aos direitos estabelecidos na Constituição, enquanto ele fosse presidente da República. Esta segurança mais o apoio da maioria dominante representada por Hugo Borghi, Ademar de Barros e Samuel Wainer deram a G. Vargas a confiança de inscrever-se como candidato à presidente da República em 19 de abril de 1950. Carlos Lacerda, do partido UDN, defendia uma intervenção militar, caso G. Vargas fosse eleito. Assim, nessa partição e agitação civil e militar na política brasileira, para presidência da República, inscreveram-se no Supremo Tribunal Eleitoral (STE), os seguintes candidatos:

1 - o tenente-brigadeiro, Eduardo Gomes, inscreveu-se como candidato à presidência pela coligação do partido União Democrática Nacional (UDN) com o Partido de Representação Nacional (PRP), o Partido Democrático Cristão (PDC) e o Partido Libertador (PL),

^[22] Em 1945, Hugo Borghi tinha contribuído para convencer G. Vargas a apoiar o general E. G. Dutra para a presidência da República. Ele havia sugerido que, se a UDN, com o brigadeiro Eduardo Gomes, vence-se, então poderia haver uma degradação total da construção do Estado Novo e, possivelmente, uma cassação dos direitos políticos e de cidadão de G. Vargas.

2 - Cristiano Machado inscreveu-se como candidato à presidência com o apoio do governo federal do general E. G. Dutra através da coligação do Partido Social Democrático (PSD) com o Partido Republicano (PR), o Partido Orientador Trabalhista (POT) e o Partido Social Trabalhista (PST),

3 - Getúlio Vargas foi inscrito como candidato à presidência pela coligação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com o Partido Social Progressista (PSP),

4 - João Mangueira foi inscrito como candidato à presidência pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), candidato sem coligação com outros partidos.

Nessa disputa, quando a candidatura de G. Vargas foi anunciada pelo governador Ademar de Barros e pelo diretório do PTB, G. Vargas declarou ao senador Salgado Filho que renunciaria à candidatura em benefício de uma coligação geral da política brasileira, entretanto, como não aconteceu essa proposta, então foi forçado a aceitar o convite à inscrição como candidato à Presidência da República. Mas, a sua inscrição como candidato à presidência da República sofreu diversos tipos de processos por parte dos seus opositores: UDN e seus partidários e Carlos Lacerda, na maioria. Assim, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), deram entrada a ação jurídica popular pleiteando o cancelamento da candidatura de G. Vargas. Entretanto, o juiz do TSE rejeitou as argumentações para essa ilegitimidade afirmando que eram contrárias ao crescimento da nova democracia e que, somente, poderia ser feita por outro candidato ou por delegado de partido político e não com uma ação popular. Então, em 19 de agosto de 1950, a inscrição de G. Vargas ficou assegurada pelo TSE [Mendonça, 2008, 33].

Procedido as eleições presidenciais, G. Vargas foi eleito presidente da República brasileira com maioria simples de resultado eleitoral, isto é, com **48, 73%** do total dos votos. Novamente, os opositores de G. Vargas tentaram impedir sua posse à presidência do Brasil argumentando que 48,73% do total dos votos não representava uma maioria do total dos votos (**>50%**) e, portanto, deveria haver uma segunda eleição presidencial. Entretanto, o juiz do TSE rejeitou essa consideração afirmando que a Constituição não estabelecia critério de uma maioria absoluta (**>50%**). Portanto, G. Vargas estava eleito presidente da República em 3 de outubro de **1950** e deveria tomar posse em janeiro de **1951**. Desse modo, nesse conjunto de fatos políticos, G. Vargas tinha uma grande e forte oposição a seu futuro governo, que refletia o que o escritor, político e jornalista Carlos Lacerda, um dos seus grandes opositores, argumentava e defendia:

“O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer a revolução impedindo de governar. [...]” - (a semelhança da frase dita por Arthur Bernardes em 1922) - [Chaloub, 2018, 34]

Em princípio, G. Vargas trouxe para seu novo ministério antigos aliados da época da “Revolução” de 1930, com os quais havia feito reconciliações. Mas, assumiu a condição de se libertar da figura do ditador dizendo a Tancredo Neves e, indiretamente, aos seus opositores:

“Fui ditador porque as contingências do país me levaram à ditadura, mas quero ser um presidente constitucional dentro dos parâmetros fixados pela Constituição. [...]” - [Foguel, 2019, 35]

Entretanto, seus opositores, com aproximadamente 50% dos votos eleitorais, ofereceram grande resistência a seu governo, que gerou bastante polêmicas políticas. Nesta direção, pelo lado das Forças Armadas, a ala defensora da candidatura do tenente-brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, não admitia pacificamente a segunda derrota eleitoral à presidência da República, em especial para um civil. Então, embora as Forças Armadas estivessem dividida por interesses diferentes politicamente, a maioria dela ficou em oposição à G. Vargas e interessada em defender seu candidato ou outro do próprio meio à presidência da República brasileira. Situação bem diferente daquela do Estado Novo, quando a maioria das Forças Armadas e sua ala mais forte apoiaram o governo federal de G. Vargas naquele período.

Adicionalmente à oposição, as medias administrativas, econômicas e políticas adotadas por G. Vargas e seus ministros foram criticadas destrutivamente e muitos setores de seu governo foram acusados de **corrupção**. Em 1954, o **aumento do salário mínimo em 100%** foi um dos atos de G. Vargas e seu ministério, que recebeu protestos por parte das Forças Armadas com uma manifestação, que ficou conhecida como **Manifesto dos Coronéis**. Esta manifestação conduziu a demissão do Ministro do Trabalho, **João Goulart**. Um dos casos mais grave de corrupção foi a acusação feita pelo jornalista e político Carlos Lacerda e outros alegando que Samuel Wainer, do jornal Última Hora, teria recebido dinheiro do Banco do Brasil para, por meio de publicidade, defender as medidas adotadas no governo federal de G. Vargas. Tal acusação gerou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar essa acusação de corrupção dentro do governo federal.

Nessa pressão mais que política a G. Vargas, seus ministros, secretários e partidários, em 5 de agosto de 1954, aconteceu um suposto atentado com tiros de revólver contra Carlos Lacerda, em frente da sua residência, em Copacabana, no Rio de Janeiro, que conduziu a morte o major Rubens Florentino, da Força Aérea Brasileira (FAB). Carlos Lacerda ficou com seu pé ferido. Carlos Lacerda era o futuro governador da Guanabara e pertencia ao partido da União Democrática Nacional (UDN), que tinha proposto o tenente-brigadeiro Eduardo Gomes para presidente da República. Esse suposto atentado foi dado como ação de Alcino João Nascimento e de Climério Euribes de Almeida, este pertencente a **guarda pessoal** de G. Vargas, que havia sido criada em maio de 1938 para contras ataques de partidários do “Integralismo”. Desse fato, comandantes de setores da FAB iniciaram um inquérito

criminal de nome **República do Galeão** para investigar e capturar os culpados pela morte do major e esclarecer o atentado a Carlos Lacerda.

Então, de tudo ocorrido, o presidente da República, G. Vargas, dizia:

“Carlos Lacerda levou um tiro no pé. Eu levei dois tiros nas costas.” -
[Poder Legislativo, 2004, 36; Wikipédia, 2024, 37]

Os jornais e rádios opositores de G. Vargas produziram panfletos todos os dias a respeito desse crime e da perseguição aos culpados. Em 17 de agosto de 1954, Climério Euribes de Almeida foi preso e Gregório Furtunato, chefe da guarda pessoal do presidente da República, foi acusado de ser o mentor do atentado. Aquela mais que pressão política interna e esse suposto atentado a tiros somado com a preocupação da política externa dos EUA envolvido com a Guerra da Coreia: Coreia do Sul contra Coreia do Norte^[23], em 8 de agosto de 1954, conduziu o presidente da República brasileira se desfazer dessa guarda pessoal de sua proteção.

Como estava em planos pelos seus opositores, em 22 de agosto de 1954, G. Vargas recebeu “**O Manifesto dos Generais**”, onde 19 generais pediam a renúncia dele do cargo público de presidente da República do Brasil. Assim, diziam Castelo Branco, Henrique Lott, Juarez Távora entre os outros 16 generais do exército em coligação com a imprensa, a FAB e os pertencentes as pretensões pregadas pelo partido da UDN:

Os abaixo-assinados, oficiais generais do Exército ... solidarizando com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as forças armadas, a *renúncia* do atual presidente da República, processando sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais [...] - [Poder Legislativo, 2014, 39; Rosalino, 2020, 40]

Nesse xeque-mate, no começo da noite de 23 de agosto de 1954, G. Vargas fez uma reunião ministerial para ouvir seus conselheiros, estes sugeriram que o presidente da República pedisse licença do cargo público que exercia. No começo do dia 24 de agosto de 1954, no começo do dia e ainda noite, logo após essa reunião ministerial, G. Vargas registrou na sua agenda de compromissos a seguinte decisão à pressão ofensiva de seus adversários políticos:

Não me interessam a minha segurança e a de minha família, e sim a situação do país. Já que o ministério não chegou a uma conclusão, eu vou decidir: determino que os ministros militares mantenham a ordem pública. Se a ordem for mantida, entrarei com pedido de licença. Em caso contrário, os revoltosos encontrarão aqui o meu cadáver [...] - [Poder Legislativo, 2014, 39; Rosalino, 2020, 40]

^[23] Guerra do Norte, de característica política e econômica da forma República Socialista, contra o Sul, de característica política e econômica da forma República Capitalista Democrática, que intensificou a impossibilidade de união do Norte com o Sul coreanos [Vizentini, Perier 2014, 38].

Desse modo, a ordem social política foi mantida porque, em 24 de agosto de 1954, G. Vargas se suicidou com um tiro no coração, no Palácio do Catete. Assumiu o seu lugar, o vice-presidente da República, que era da oposição, **Café Filho**. Café Filho nomeou um novo ministério, à semelhança da oposição a G. Vargas, para continuar governando o tempo restante (de agosto de 1954 até 1956).

5.5 DE 1954-1956: GOVERNO FEDERAL DE CAFÉ FILHO, CARLOS LUZ E OS VELHOS MÉTODOS OPERACIONAIS E SOCIAIS PARA UM GOLPE MILITAR DE ESTADO

Mas, antes de terminar esse período presidencial pós-morte de G. Vargas, Café Filho requereu o direito de licença médica para tratamento médico. A presidência da República passou para o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Entretanto, já havia um problema político interno entre Café Filho e o Ministro da Guerra, o **marechal** Henrique **Lott**. O problema era relativo ao coronel Jurandir de Bizarria **Mamede**, que havia elogiado o general Canrobert Pereira da Costa por ter liderado o movimento de 1954 contra G. Vargas. Também, defendeu que seria “uma indiscutível mentira democrática” assegurar a vitória da minoria e uma posse posterior de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Mas, o marechal Henrique Lott considerou o elogio uma demonstração de indisciplina associada a ofender àqueles que compartilhavam as tendências do governo de G. Vargas. Portanto, ele considerou imprescindível a punição do coronel Mamede, opinião que nem toda as Forças Armadas brasileira compartilhavam. Neste sentido, o Ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, era contra a punição. Para fazer a punição, o Ministro da Guerra tinha de ter o consentimento do presidente da República. Nesta direção, no dia 5 de novembro de 1955, o marechal Henrique Lott manifestou ao brigadeiro Gervásio Duncan que já havia esgotado o prazo limite de 3 anos para o coronel Mamede permanecer na Escola Superior de Guerra (ESG) e, portanto, ele deveria retornar à unidade do Exército.

Entretanto, o almirante Ernesto Araújo respondeu que o brigadeiro Gervásio Duncan havia dito que o coronel Mamede ainda era necessário na ESG. Naquele mesmo dia de 1955, o presidente Interstício da República, Carlos **Luz**, foi visitar o Ministério da Guerra para se informar da situação do Exército. Nesse momento, o marechal Ministro da Guerra sugeriu alguns caminhos diferentes para punir o coronel Mamede. Seguidamente, afirmou que, caso o presidente Interstício da República não adotasse um dos caminhos sugeridos, então pediria demissão do cargo de Ministro da Guerra. Carlos Luz defendeu que seria conveniente ouvir o Consultor-Geral da República, Temístocles Cavalcanti. Insatisfeito, o Ministro da Guerra afirmou que se tratava de um problema interno do Exército e não um problema de natureza jurídica. Mas, prevaleceu a opinião do presidente Interstício da República, assim foi marcada uma nova audiência entre ambos para o dia 10 de novembro de 1954, às 18 horas.

Nessa disputa de forças e interesses políticos diferentes, Carlos Lacerda, que era governador da Guanabara, continuava defendendo uma intervenção militar para tomar posse da presidência da República do Brasil, mas não com os militares alinhados às tendências de G. Vargas. Na direção deste

caminho, os partidários da UDN, do candidato à presidência da República, brigadeiro Eduardo Gomes, tentavam rejeitar a eleição de **Juscelino Kubitschek** e **João Goulart**, que haviam sido eleitos presidente e vice-presidente da República, com **35,68%** e **44,3%** dos votos eleitorais, respectivamente [Senado Federal, 2015, 41]. Adicionalmente a tudo, começou a aparecer, em diversas unidades militares, um boletim assinado pelo Movimento Militar Constitucionalista (MMC) com a denúncia da iminência de um golpe de Estado, que seria iniciado, possivelmente, até o dia 20 de novembro e sob a liderança do coronel Mamede.

Na audiência do dia 10 de novembro de 1955, Carlos Luz, presidente Interstício da República, informou ao marechal Ministro da Guerra o parecer do Consultor-Geral da República a respeito do caso coronel Mamede. O Consultor-Geral da República havia sido contra à punição do coronel Mamede. Imediatamente, o marechal Henrique Lott colocou o Ministério da Guerra à disposição do presidente Interstício da República. Este aceitou o pedido de demissão e avisou que havia pensado num substituto para o cargo: o general **Álvaro Fiúza de Castro**. Assim, visto tudo, a substituição do marechal Henrique Lott era uma intenção planejada do presidente, uma vez que, já continha a notícia da indicação do general Álvaro Fiúza de Castro.

A notícia da demissão do marechal Henrique Lott gerou muito descontentamento no meio político e militar associados ao **Juscelino Kubitschek** e **João Goulart**, que haviam ganhado a disputa eleitoral. Nesse furacão de acontecimentos, após uma reunião com militares, o marechal Henrique Lott com o apoio da ala forte do Exército passou ocupar locais de defesa e ataque importantes da capital. Em uma noite, tropas fecharam o acesso ao Palácio do Catete, ocuparam os quartéis de polícia, a sede da companhia telefônica e fizeram controle das operações de telégrafo. Assim, o marechal Henrique Lott, **em 11 de novembro de 1955**, freiou a tentativa conspiratória de impedir **Juscelino Kubitschek** (JK) e **João Goulart** (JG), respectivamente, de tomar posse da presidência e vice-presidência da República do Brasil. Na manhã do mesmo dia, os almirantes decidiram respeitar a decisão que o Congresso Nacional tomasse a respeito da questão presidencial, mas os integrantes da **Marinha** brasileira estavam divididos a respeito desse problema.

No mesmo dia, Carlos Luz foi deposto porque estava associado aos conspiradores, que queriam impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Café Filho, que estava de licença médica, também, foi impedido de reassumir a presidência da República por suposto envolvimento na conspiração de golpe de Estado. Por isso, o marechal Henrique Lott e seus aliados passaram a presidência da República para o presidente do Senado Federal, **Nereu Ramos**, até a legítima posse do presidente e vice-presidente eleitos: Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart (JG), respectivamente [Lima Junior, 1999, 26].

5.6 DE 1956-1961: O GOVERNO FEDERAL DE JUSCELINO KUBITSCHKEK, MUDANÇAS NO ESTILO DE G. VARGAS DE GOVERNAR PARA PERMANECER NOS CARGOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Antes da tentativa de golpe de Estado, como argumentado no subitem **5.5** (anterior), havia ocorrido as eleições de outubro de 1955 para eleger o presidente e vice-presidente dos Estados Unidos Brasil^[24], logo após a morte de G. Vargas. Nesta direção, se inscreveram no TSE, os seguintes partidários [Luft, 2011, 42]:

1. Juscelino Kubitschek (JK), do Partido Social Democrático (PSD) em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB),
2. O general Juarez Távora, do Partido Democrata Cristão (PDC) em coligação com o partido União Democrática Nacional (UDN), onde agregava Carlos Lacerda, o brigadeiro Eduardo Gomes entre vários outros opositores à ala de G. Vargas,
3. Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), e
4. Plínio Salgado, ex-governador do Estado de São Paulo e do Partido Republicano Progressista (PRP)

Juscelino Kubitschek (JK) foi favorecido pelo candidato Plínio Salgado, porque este conseguiu retirar muitos votos (**8,28 %**) que seriam do general Juarez Távora. Assim, JK foi eleito presidente da República com **35,68 %** de todos os votos. Juarez Távora obteve **30,27%** e Ademar de Barros obteve **25,77%**.

Entretanto, como argumentado e sustentado no subitem **5.5** e seus precedentes, JK teve enorme dificuldade para tomar posse efetiva da presidência da República dos Estados Unidos do Brasil em 1956. As Forças Armadas estavam politicamente dividida, embora a grande maioria estivesse alinhada com o Capitalismo econômico e democrático dos USA, quase metade das Forças Armadas defendia os ideais da ala G. Vargas (PSD, PTB, *etc*) com algumas mudanças política, econômica e social não tão extremamente democráticas, principalmente, em relação à política externa. A outra metade das Forças Armadas defendia os ideais da ala do brigadeiro Eduardo Gomes, do general Juarez Távora (UDN, *etc*), que preferiam o investimento direto do capital externo por meio de empréstimos e importação de tecnologia para perpetuar a modernização. Havia ainda a propagação e luta da ideologia de uma sociedade política e econômica Socialista, na qual a terra e os meios materiais de produção para sobrevivência não deveriam ser propriedade totalmente particular de alguém.

^[24] O território político e administrativo brasileiro teve alguns nomes, **Estados Unidos do Brasil** foi o nome dado logo após a proclamação da República brasileira e foi incorporado na promulgação da Constituição de 1946.

Desse modo, os opositores do governo federal de JK, que não eram poucos, fizeram diversas propagandas, manifestações, acusações de corrupção e revoltas, durante esse período presidencial, com o objetivo de impedir que ele governasse [Senado Federal, 2002, 43]. Mas, por meios de acordo político e econômico ou por meio de impedimentos da lei e outros meios mais robustos [Oliveira, 2011, 44], JK e seus ministros conseguiram neutralizar as ações da maioria dos opositores a seu governo. Por outro lado, ele recebeu em troca muitos inimigos na sua vida política e pessoal, como já era esperado.

Assim, JK e seus ministros deram continuidade à política de G. Vargas, mas retiraram de foco a possibilidade de obter novamente reserva de capital e uma possível modernização com independência econômica. Nesta direção, ele e seu ministério haviam elaborados um plano nacional de desenvolvimento que deram o nome de Plano de METAS [Brandão; Rocha, 2016, 45] e associaram a esse plano o seguinte *merchandising*’ slogan: “**50 anos em 5**”. Com esse plano pretendiam continuar o desenvolvimento e modernização dos setores da indústria de base, energia, transporte, alimentação, educação, construir a nova capital da República dos Estados Unidos do Brasil: Brasília, no centro-oeste, e integralizar econômica e politicamente todas as regiões brasileiras. Mas, a falta de estrada, energia elétrica e produtos manufaturados, que deram o nome de **pontos de estrangulamento**, impediram progredir nessas metas do plano. Agora, perceba o observador leitor, que esses pontos de estrangulamentos são os mesmos problemas de seus antecessores na presidência da República: Dutra e G. Vargas. Então, o objetivo prático principal do plano foi sanear esses pontos de estrangulamento e construir a nova capital (Brasília).

Mas, não havia capital e tecnologia nacional para pôr em ação o objetivo prático principal das METAS. Portanto, diferentemente de G. Vargas e sem desagradar os líderes do Capitalismo econômico democrático dos USA, JK e seus ministros decidiram abrir o mercado brasileiro para a fundação de indústrias e empresas estrangeiras (**multinacionais**) e ao capital estrangeiro. Assim, adotaram uma política econômica de **substituição de importação** para reduzir a dependência brasileira dos produtos manufaturas importados do exterior e fizeram vários empréstimos de capital no exterior (Fundo Monetário Internacional - FMI, etc). Agora, perceba o observador leitor, que esta via para obter a modernização é bem semelhante àquela adotada no governo do general E. G. Dutra: opção que conduziu a outro tipo de **soberania nacional**, ou seja, aquela onde a propriedade do bem a ser desenvolvido passa ser compartilhada com o objetivo de obter o desenvolvimento industrial local e outros benefícios.

Por esse caminho, Juscelino Kubitschek (JK), seus ministros e defensores conseguiram desenvolver e modernizar, em especial, as áreas de transportes, energia, mineração, importação e construíram Brasília no centro-oeste [Brandão, Rocha 2016, 45]. Como consequência, o país continuou em um crescimento médio de **7,9 %** em seu período presidencial. Entretanto, como consequências

negativas, deixou para os seus sucessores uma projeção inflacionária não controlada, dívida externa e uma política externa não satisfatória aos conselheiros dos USA, que resultou em um rompimento de acordos com o FMI entre outros desagradados políticos com o exterior.

5.6 DE 1961-1964(5?): O GOVERNO FEDERAL DE JÂNIO QUADROS, JOÃO GOULART E O GOLPE DE ESTADO ATRAVÉS DO USO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Como pode ser percebido no subitem **5.6** (anterior), no final do período presidencial de JK, as Forças Armadas, políticos, empresários e jornalistas brasileiros ainda estavam divididos em duas grandes alas em relação à qual caminho seguir na política interna: o desenvolvimento industrial e modernismo com nacionalismo e independência econômica ou desenvolvimento industrial e modernismo com abertura quase total de investimento de capital estrangeiro e fundação de empresas transnacionais. Essas duas grandes alas com ou sem o Capitalismo em expansão se afrontavam na intenção de ocupar os cargos públicos dos Estados Unidos do Brasil, em especial, a presidência da República.

Nessa disputa, nas eleições de 1960, para presidente da República dos Estados Unidos do Brasil sob a Constituição de 1946, foram inscritos os seguintes partidários no TSE [Nicolau, 2022, 46; Wikipédia, 2024, 47]:

1 - o marechal Henrique Teixeira Lott, do Partido Social Democrático (PSD), em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e com apoio direto do presidente Juscelino Kubitschek (JK),

2 – o governador do Estado de São Paulo, Jânio da Silva Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), em coligação com os partidos União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL) e Partido Democrata Cristão (PDC), e

3 - o prefeito da cidade de São Paulo, Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP)

Jânio da Silva Quadro (JSQ) foi eleito com **48,26%** dos votos válidos com alinhamento direta com a União Democrática Nacional, do brigadeiro Eduardo Gomes, de Carlos Lacerda e da conexão com o general Juarez Távora, entre outros. O Ministro da Guerra do presidente JK, o marechal Henrique Teixeira Lott, recebeu **32,94%** dos votos, mas seu candidato para vice-presidente, **João Goulart** (JG), foi eleito com **41,63%** dos votos válidos. Ademar de Barros ficou em terceiro lugar com **18,80%**.

A eleição de Jânio da Silva Quadro não foi algo surpreendente e sim uma consequência de vários fatores correlacionados, muitos deles já expostos nos subitens precedentes deste manuscrito.

Adicionalmente, havia mudado o modo de fazer política desde o fim do Estado Novo. Naquele momento, era moda fazer acusações de corrupção contra o presidente e seus ministros. Naquela época, os meios de comunicação e propaganda, não eram somente jornais, revistas, panfletos e rádio, havia a televisão, o telégrafo, *etc.* Para ter maior possibilidade de ser eleito, Jânio da Silva Quadros (JSQ), do Estado de São Paulo, se comprometeu com a ideologia do partido União Democrática Nacional (UDN), que ainda não havia eleito um presidente desde a época de G. Vargas, mas estava em ascensão política com uma parte das Forças Armadas. Aumentado mais ainda essa possibilidade, a ala do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ficou desgastada depois do governo presidencial de Juscelino Kubitschek (JK). Adicionalmente, robusta parte das Forças Armadas e civis da elite brasileira pretendiam ascender à presidência mesmo que fosse à força política e armada. Todos estes fatores em interação conjunta contribuíram decisivamente para eleger um candidato nacional (JSQ), momentaneamente, **pendular entre ambos as alas** da política brasileira, mas sem suspeita de um golpe ou manifestação favorável ao Socialismo em expansão diferente do Capitalismo.

Somado a essa disputa político interna, estava acontecendo a Bipolaridade do poder Mundial: defensores do Capitalismo versus defensores do Socialismo. Nesta direção, os USA tinha colocado em prática a Doutrina de Harry S. **Truman**, que estabelecia procedimentos rigorosos para defender a América e o Mundo da ameaça expansionista dos defensores do socialismo da URSS. Neste contexto, na América Central, a relação política e econômica entre Cuba e os USA estava crítica, porque o presidente Cubano já estava em alinhamento profundo com a ideologia Socialista da URSS. Por isso, no começo de janeiro de 1961, o presidente Norte-Americano, Eisenhower, interrompeu as relações de diplomacia com os governantes de Cuba e, através da Agência de Inteligência Central (CIA), estabeleceu um plano de invasão à Cuba. Este plano foi colocado em prática em 15 de abril de 1961, na presidência de John Kennedy. Mas, em 19 de abril de 1961, a pretendida invasão foi derrotada e ficou conhecida como o incidente da **Bahia dos Porcos** [Ayerbe, 1998, 48]. A partir de então, os presidentes Norte-Americanos passam fazer bloqueios econômicos e políticos contra os governantes cubanos.

Então, perceba o observador leitor, que o panorama político e econômico, logo no início da presidência da República pelo candidato nacional pendular (JSQ), era muito delicado, tenso e contrário a uma política externa independente para qualquer país já alinhado com a ideologia Capitalista Norte-Americano. Entretanto, o presidente e seu ministério deram ampla continuidade a uma política externa independente, que já havia iniciada com o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Por esse caminho, Jânio da Silva Quadros e seu ministério das relações exteriores elogiaram as ações dos líderes cubanos por suas ações nacionalistas independentes das relações diplomáticas e econômica com os USA e com um alinhamento declarado na direção do Socialismo da URSS [Câmara dos Deputados, 2006, 49]. Essa política externa independente irritou os Norte-Americanos com os interesses de contenção da expansão

Socialista na América do Sul. Também, profundamente, irritou os componentes das Forças Armadas brasileiras, em especial, aqueles defensores dos interesses políticos contido na União Democrática Nacional (UDN) entre outros.

Assim, naquele momento, o presidente Jânio da Silva Quadros (**JSQ**) e seu ministério receberam como resposta uma grande pressão política interna e externa, que conduziu a uma crise política insustentável com ele na presidência da República. Paralelamente, o Congresso Nacional vinha oferecendo robusta resistência a seu plano de reforma econômica e administrativa. Como contra resposta, independente de quaisquer conjecturas, em 25 de agosto de 1961, o presidente entregou uma carta de renúncia ao presidente do Congresso Nacional, onde constava:

“[...] Fui vencido pela reação e assim deixo o Governo. [...]” - [Câmara dos Deputados, 2006, 49]

No dia da renúncia à presidência da República, o vice-presidente, **João Goulart**, que era da oposição a **JSQ**, estava na China cumprindo compromissos oficiais. Então, pela Constituição de 1946, assumiu a presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, **Ranieri Mazzilli**. Mas, parte das Forças Armadas e muitos políticos que estavam alinhados à política do partido União Democrática Nacional (UDN) foram contra o vice-presidente da República, João Goulart, tomar posse da presidência. Entretanto, os partidários dos ideais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Democrático (PSD) organizaram uma **Campanha da Legalidade** sob a liderança do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para dar posse a presidência da República para João Goulart.

Nesse afronte político, essas **duas alas políticas** em atrito chegaram à conclusão de impor uma **República Parlamentarista**, onde o presidente foi João Goulart e o primeiro-ministro foi Tancredo Neves, inicialmente. Desse modo, os poderes governamentais do presidente ficaram restringidos e controlados, de **1961** até **1963**, mas assumiu o governo parlamentarista tentando governar sob o *slogan* de união, democracia e reformas. Nessa direção, em 1962, submeteu ao Congresso Nacional o **Plano Trienal** elaborado pelo economista Celso Furtado para controlar a inflação e promover desenvolvimento. Mas, a oposição ao plano foi muito grande e, assim, tomou o rumo do fracasso. Desse modo, seu governo foi forçado submeter-se ao caminho comum de pedidos de empréstimos no exterior (Fundo Monetário Internacional/FMI), entretanto, deveria tomar medidas econômicas internas ditadas pelo FMI: controlar os investimentos, diminuir os gastos do governo, *etc.*

Do lado da política externa, os USA tinham instalados mísseis balísticos na Itália e na Turquia. Nessa geopolítica Mundial, Nikita Khrushchev, líder da União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS), decidiu favorecer o pedido do líder cubano, Fidel Castro, ou seja, instalar mísseis balísticos em território cubano em 1962. Este incidente geopolítico ficou conhecido como a **Crise dos Mísseis**,

por causa da reação dos governantes dos USA, que, imediatamente, foram contra a presença de mísseis em território da América dado que ameaçavam arruinar as Doutrinas Monroe e Trumam. Neste contexto, o presidente John Kennedy, dos USA, enviou uma carta ao presidente brasileiro, João Goulart, sugerindo a participação dos militares brasileiros em uma possível invasão ao território cubano. Entretanto, ainda no caminho da política externa independente, o presidente João Goulart e seu primeiro-Ministro responderam que eram a favor da autodeterminação dos povos e que:

“nunca reconheceremos a guerra como instrumento capaz de resolver conflitos entre nações [...]” - [Wikipédia, 2024, 50; Marcelino, 2010, 51]

Então, pelo exposto nos parágrafos precedentes, a crise econômica e política brasileira não foi resolvida com a forma de República Parlamentarista e estava se tornando mais profunda e abalada pela política externa adotada pelo governo dos USA de contenção do Socialismo nas Américas. Neste contexto, no dia 6 de janeiro de **1963**, foi realizado um plebiscito para escolher entre República Parlamentarista ou República Presidencialista. O resultado foi a escolha da **República Presidencialista**, como consequência de uma grande propaganda feita pelo próprio governo federal nessa direção. Portanto, João Goulart passou governar com mais poderes de decisão para enfrentar a crise econômica e política. Nesta direção, tentou colocar em prática um plano que tinha recebido o nome de **Reformas de Base**, onde, para a professora das ciências humanas FIGUEIREDO,

As ‘reformas de base’, como ficaram conhecidas, abrangiam algumas reformas bancárias, fiscal, urbana, agrária e universitária, bem como, mudanças políticas e institucionais, particularmente a extensão do direito de voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas, assim como, a legalização do Partido Comunista. Incluíam, também, políticas nacionalistas que iam desde o controle sobre o capital estrangeiro até a nacionalização e o monopólio estatal de setores específicos da economia. Embora concebidas como partes de um programa global, a reforma agrária e as medidas dirigidas para aumentar o controle estatal sobre o investimento estrangeiro tornaram-se objetos de iniciativas de políticas públicas e polarizaram a luta política [...] - [Figueiredo, 1993, p. 66, 52]

Portanto, apesar do presidente e seu ministério terem o cuidado de usarem vários órgãos e meios institucionais, políticos e de propagandas, que criticavam seus opositores e conseguiram grande apoio da classe popular, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), da ala das Forças Armadas defensora da legalidade, e, é claro, do Partido Comunista Brasileiro (**PCB**); essas Reformas de Base sofreram grande oposição no Congresso Nacional, em especial, a reforma agrária, que ficou mais defendida pelos partidários do PCB. A partir desse momento, a elite do Partido Social Democrático (PSD) alinhou-se para a oposição dos ideais dos membros do governo presidencial. Em conjunto, ocorreram muitas revoltas dentro da ala das Forças Armadas oposta a política do presidente, ao PTB e do PCB. Em

adição, uma classe de empresários de grandes companhias internacionais Capitalistas havia se expandido dentro do país com capital externo e se posicionava contra às Reformas de Base.

Então, a oposição com o partido União Democrática Nacional (UDN) e os dissidentes do Partido Social Democrático (PSD) se organizaram e, **em 19 de março de 1964**, em São Paulo, fizeram a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Essa manifestação tinha por objetivo conquistar a opinião pública contra as Reformas de Base defendidas pelo presidente João Goulart e seu ministério. Desse modo, gerar oportunidade para a ala das Forças Armadas, que era oposta aos ideais do presidente da República, tomasse posse da presidência, porque entendiam que a política praticada pelo presidente terminaria na imposição de forma de governo Socialista (Comunista).

Desse modo, não perdendo a oportunidade, em 31 de março de 1964, em Minas Gerais, o governador Magalhães Pinto e os generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes iniciaram a rebelião contra o presidente da República. Outros generais e alguns governadores, como por exemplo, o governador de São Paulo, os generais H. C, Castelo Branco, Costa e Silva, entre outros, já estavam a espera dessa iniciativa e aderiram ao movimento de rebelião. Neste contexto, em poucos dias, as tropas militares rebeldes e legalistas defensoras da presidência estavam já deslocadas em território brasileiro para o combate. As tropas legalistas do presidente eram em número superior às tropas rebeldes, mas muitas estavam inseguras da defesa dos planos presidenciais e passaram aos poucos para o lado das tropas rebeldes ou não resistiam aos ataques.

Nesse confronto, o presidente João Goulart (**JG**) não pretendia uma guerra civil, pelo menos inicialmente. Então, viajou do Rio de Janeiro para Brasília e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, sob guarda militar, tentando inverter a tentativa de golpe de Estado. Mas, não conseguia evitar o golpe sem o uso das armas militares. Já, no dia 01 de abril de 1964, os comandantes da rebelião tinham controlado a maior parte do país. No dia 2 de abril de 1964, sem sustentação constitucional de *impeachment*, renúncia ou vacância, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, anunciou que o cargo de presidente da República estava vago, mesmo sabendo que o presidente **JG** estava em território nacional indo para Porto Alegre. Ainda assim, passou a posse da presidência da República para o presidente da Câmara dos Deputados, **Ranieri Mazzilli**: o sucessor do presidente. Essa atitude vinda do Congresso Nacional demonstrava apoio ao golpe de Estado, que ficou fortalecido com a presença do presidente do Superior Tribunal Federal (STF) à posse do Deputado.

No dia 4 de abril de 1964, João Goulart pediu exílio no Uruguai e lá permaneceu para qualquer reação política. Desse modo, seguidamente, por eleição indireta foi eleito um candidato para terminar o mandato presidencial. Naturalmente, esse candidato estava entre os Comandantes Supremos Militares. Assim, com ato Institucional de 9 de abril de 1964, a eleição indireta foi antecipada e o

general H. A. Castelo Branco foi escolhido por oficiais, governadores e partidos políticos para tomar posse da presidência da República no dia 15 de abril de 1964^[25].

Enquanto, pouco mais da metade da sociedade decisiva para os rumos do país aplaudiu a tomada da presidência da República, pouco menos da metade da mesma sociedade, que estava enfraquecida, almejava o retorno de um governo presidencial civil nas eleições para 1965, na qual Juscelino Kubitschek (JK) e Carlos Lacerda eram os partidários mais bem destacados para serem eleitos presidentes. Entretanto, durante a presidência do general H. C. Castelo Branco o golpe de Estado foi sendo sustentado por meio de atos institucionais e repressão à oposição política.

Desse modo, o alinhamento político-econômico com os USA ficou escolhido definitivamente e, também, o caminho para chegar ao modernismo e desenvolvimento industrial do país. Em outras palavras, submeter o território nacional ao investimento de capital estrangeiro, fazer empréstimos no exterior e controlar o poder estatal, que foi a face esquerda de uma soberania nacional por interações com uma grande potência mundial. Para sustentar esse caminho, somente militares do supremo comando (generais) assumiram o cargo de presidente da república a partir de 1964 até 1985 - Quinto período: República Militar Presidencialista. Fato que não foi singular do Brasil, mas ocorreu na maioria dos países da América Latina como consequência da contenção do Socialismo em expansão pelas Américas.

6 CONCLUSÃO I

As causas da crise das universidades e suas tentativas de reformas nos períodos da Terceira República e da República Militar Presidencialista

Na secção anterior e suas subsecções 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6 e 5.7, período de 1945 até 1964 (Terceira República), essencialmente, o autor deste artigo dissertou e argumentou a respeito dos fatores político, econômico, ideológico, histórico interno e externo ocorridos nos Estados Unidos do Brasil^[26], que conduziram ao desarranjo e término do Estado Novo brasileiro. Agora, a partir deste ponto, é estabelecido a relação desses fatores como causas da crise nas universidades ou Sistema de ensino superior durante a Terceira República.

Nessa direção, nesse período, em relação ao ensino superior, como dito no começo da subsecção 5.2, se repetiu a tentativa de modificar o Sistema de ensino superior, assim como havia ocorrido no período do Estado Novo de G. Vargas. Mas, agora, na direção da nova tendência política, econômica e ideológica, que correspondia ao alinhamento político, econômico e ideológico contido no Capitalismo dos USA. Neste sentido, logo no início do governo presidencial do general E. G. Dutra,

^[25] As datas podem ser consultadas através da Câmara e Senado Federal do Brasil.

^[26] Idem nota de rodapé 26

com a promulgação da Constituição de 1946, ficou previsto a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB) para assegurar essas modificações.

Entretanto, como pode perceber o observador leitor, pelo sustentado em toda secção 5 e suas subsecções, os Estados Unidos do Brasil estava em uma **enorme crise** política, econômica e ideológica fluída das mudanças introduzidas com o fim da II Guerra Mundial, ou seja, do expansionismo Capitalista versus Socialista dos meios de comercialização, produção e relação social (Bipolarização Mundial). Neste contexto, a classe dirigente do país, seja política, empresarial ou militar, ficou dividida em duas grandes alas em relação a qual caminho político, econômico e ideológico de modernização seguir para o seu Estado-nação. Consequentemente, surgiram diversas disputas política, econômica e ideológica insolúveis internamente, que esbarraram em interesses internacionais: conflito da política externa independente, nacionalismo econômico independente, *etc.* **Somente, em 1964**, com um golpe de Estado, definitivamente, ficou “escolhido” o caminho a seguir para o desenvolvimento e modernização. Este caminho foi submeter definitivamente o território nacional ao investimento de capital estrangeiro, fazer empréstimos no exterior sob controle de cartilha específica e controlar o poder estatal, mas no alinhamento com os USA, ou seja, no alinhamento com o Capitalismo em expansão e modernização.

Essas são **as reais causas** que resultaram no retardamento e não realização da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB), em especial, de seu conteúdo modificativo do **Modelo e finalidade** das universidades em fundação no território brasileiro. Neste sentido, embora, o **ensino superior** desempenhasse um papel importante para o modernismo, além das intrigas de classes dominantes, passou ser visto mais como uma **ameaça** aos interesses dos governantes do Estado brasileiro. Desse modo, os dirigentes do poder político do Estado brasileiro e os constituintes do poder econômico ficaram preocupados que as universidades se tornassem em berços do conhecimento para produzir revoltas e revoluções incontrolláveis.

Essa conjuntura política, econômica, ideológica interna e eterna é a causa fundamental das crises nos berços das universidades brasileiras, que, talvez sem saber, conduziu o professor GUIMARÃES DE SOUZA a afirmar que:

No final da década de 1940 e início da de 1950, houve algumas **tentativas frustradas** de buscar a autonomia integral das universidades. Na década de 1950, a rede federal de Ensino Superior se expandiu, principalmente com a “federalização” de instituições estaduais e privadas (Salviani, 2004). Com o desenvolvimento industrial e econômico do Brasil nesse período, houve conscientização de várias esferas da sociedade do cenário calamitoso instaurado nas universidades brasileiras, em que, a partir da metade da década de 1950, começou-se a elaborar e discutir as propostas do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, confrontando a escola **pública** com a **privada** [...] - [Guimarães de Souza *et al*, 2019, p. 2, 12].

Desse modo, no período de 1945-1964 – Terceira República, **as reformas**, como solução para resolver a crise nas universidades, **não ocorreram**. Mas o caminho para fundação de universidades ficou consolidado com o envolvimento do Estado, da Federação e da Iniciativa particular. Por parte da Federação, ficou consolidado pragmaticamente a federalização de universidade em território nacional. Por parte da Iniciativa particular, suas universidades foram fundadas com o objetivo direcionado para a formação de profissionais para o mercado de trabalho do iniciante modernismo (Engenheiros, Professores, Químicos, Advogados, Médicos, *etc*). Assim, também, as universidades públicas, principalmente, desempenharam o objetivo de formar profissionais qualificados para ocupar suas próprias funções e as funções de nível superior proporcionada pelo iniciante desenvolvimento industrial do modernismo. A tarefa de pesquisa científica ficou para segundo plano nas universidades públicas, nas de iniciativa particular não existia essa finalidade.

No período de 1964 até 1985 - República Militar Presidencialista, a crise nas universidades brasileiras do período anterior foi transportada para esse período. Novamente, as desejadas reformas manifestadas pelos intelectuais dos saberes, efetivamente, não ocorreram pelas mesmas causas já argumentadas nos parágrafos precedentes: causas políticas, econômicas interna e externa. A causa ideológica ficou aliviada por parte do governo presidencial e de seus aliados ao alinhar-se aos ideais do Capitalismo democrático dos USA.

Nesse sentido, principalmente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1968, formalizou uma expansão do número de vagas e de instituições de ensino superior. Essa expansão, principalmente, foi dominada pelas instituições de ensino superior da iniciativa particular com foco na formação de profissionais de níveis superiores. Em relação às universidades públicas, essa expansão propiciou um aumento de cursos de pós-graduação associados à possibilidade de pesquisa científica e tecnologia, além de aumentar a quantidade de universidades públicas, mas não na mesma proporção das instituições de ensino superior da iniciativa particular [Caregnato, 2007, p. 160-161, 53].

No final desse período, as universidades, definitivamente, estavam instaladas em território como instituições pertencente à República brasileira. Não como muitos intelectuais desejavam que as universidades fossem, mas como foi possível fazer acontecer em meio de muitas transformações e interesses opostos.

7 CONCLUSÃO II

As causas das crises das universidades brasileiras e suas tentativas de reformas

Primeiro, devo dizer que o comprimento deste artigo surge da necessidade de fazer uma dissertação e argumentação dos fatores histórica, política, econômica e ideológica desde o Império até o final da República Presidencialista em 1985. Desse modo, fica somente em um artigo tudo que é

necessário para induzir a demonstração das causas das crises das universidades brasileiras. Assim, o observador leitor não precisará recorrer a outros textos esparsos ali e acolá em uma tarefa demorada e exaustiva para compreender esses fatores.

Desse modo, foram estudados e pesquisados por este autor quatro períodos bem definidos. Cada um corresponde a uma crise no Sistema de ensino superior ou universidades. Da **leitura** atenta de todas as **secções** deste artigo, fica demonstrado por indução que **todas essas crises têm em comum as mesmas causas**, ou seja, fatores políticos, econômicos, ideológicos internos e externos relacionados entre si como causa de cada crise. Nesse sentido, o conflito de interesses desses fatores pelas classes dominantes brasileiras ocorriam periodicamente. Como consequência, as **crises** no Sistema de ensino superior assumiram um **comportamento cíclico pendular** por não existirem como entidade puramente isolada e independente.

Na **conclusão I** (secção 6), estão revelados por indução para o observador essas causas das crises do Sistema de ensino superior ou das universidades relativas aos períodos de 1945-1964 (Terceira República) e de 1964-1985 (República Militar Presidencialista). Em continuação, da dissertação e argumentação neste artigo dadas nas secções 3 e 4 são induzidos os fatores políticos, econômicos, ideológicos internos e externos como demonstração das causas das crises das universidades ou Sistema de ensino superior brasileiro correspondente, respectivamente, aos períodos de 1889-1930 (Primeira República) e de 1930-1945 (Estado Novo).

Da leitura nas secções 2 e 3, o observador leitor pode perceber que foram a conquista da independência política com a proclamação da República, em 1889, e a emergente necessidade continuada de modernização e ocupação total do território, que conduziram o interesse por um Sistema de ensino superior dentro do próprio território brasileiro. Desse modo, torna-se independente do exterior, em especial da Europa e dos USA, em relação a formação da própria elite e classe média intelectual e de profissionais de nível superior para desempenharem tarefas da modernidade (Engenharia, Medicina, etc) e o *feedback* do Sistema de ensino superior. Mas, não tendo o conhecimento e experiência para fazer suas fundações, então, por escolha forçada, transportaram do exterior, primeiro, da Europa e, depois, dos USA (secções 2 e 5 e 6), o Modelo de universidade ou Sistema de ensino superior para servir no Brasil. Nessa direção, de crise em crise, no **período de 1964-1985**, os governantes brasileiros, que se alinharam ao vitorioso líder Capitalista do após II Guerra Mundial, aos poucos, aos trancos e aos empurras, definitivamente, determinaram o Modelo de universidade e seus objetivos, que eram de interesse do Estado-nação brasileira. Desse modo, a **crise** no Sistema de ensino superior **suavizou tornando-se conformista** e o Brasil ficou com um Modelo de Sistema de ensino superior **misto** em todos os sentidos: Norte-Americano e Europeu, **público e particular**, e assim por diante.

De 1985 até os dias atuais, 2024, pode ser dividido em **dois outros períodos**. Um que se estende de **1985 até 2006**, iniciado com o fim da “Guerra Fria” e mudanças profundas na ideologia Socialista originada na URSS. Como consequência, ocorreram aberturas de relacionamentos políticos em todo o Mundo. Desse modo, novamente, a classe civil brasileira conseguiu ascender à presidência da República com o fim da repressão á ideologia Socialista (Comunista). Nesse período, mais uma vez, ressurgiu a tentativa de mudar o Sistema de ensino base e superior, que havia cumprido seu objetivo na modernização da sociedade brasileira, Nesta direção, os governantes federais apresentaram uma nova Lei de Diretrizes de Base (LDB/1996) e outras leis [Costa, Muller, 2020, 54], onde voltou-se as mesmas questões do passado e suas mesmas soluções não tão diferentes dos outros ciclos pendulares de crise já estudados neste artigo.

O **outro período** está em aberto ou quase em seu fim, mas o fator principal é que depois do fim da “Guerra Fria”, novos fatores políticos e econômicos interno e externo, por exemplo: a tendência de **Globalização**, e, até mesmo, um renascimento ideológico do passado têm surgido com uma nova roupa. Como consequência, tem resultado no **mesmo** tipo de **crise** do passado no Sistema de ensino superior. O que aparece de novo são as **novas tecnologias** de comunicação e escrita: computadores, rede de comunicação via internet e *etc*, as quais podem conduzir a existência de universidades virtuais. Mas, as causas para isto continuam sendo política, econômica, ideológica interna e externa sobre as classes dominantes e governantes brasileiras e seus interesses. De qualquer modo, este período mais recente merece um estudo a parte e aprofundado porque o Mundo lá fora tem mudado bastante com as novas tecnologias colocadas ao saber e uso das populações no Mundo.

AGRADECIMENTOS

O autor deste artigo agradece a CAPES, CNPq e todas as entidades como instituições que contribuem para pesquisa, ensino e extensão dentro do escopo do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFSP) pertencente a Universidade Federal de Pelotas -UFPel.

No entanto, este estudo científico não recebeu qualquer subvenção específica de agências de financiamento dos setores público, comercial ou sem fins lucrativos.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Adicionalmente, este autor declara que não existe potencial conflito de interesse na autoria e participação do trabalho científico estudado e apresentado aqui para submissão em instituições estrangeiras ou nacionais de publicações científicas. Grato!

REFERENCIAS

1. Estanislau da Silva, José Félix. A universidade que houve, que há e a que poderá haver no futuro ensino universitário no Brasil. *Brazilian Journal Development*, v. 9, n. 6, p. 20336-20350, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n6-105, ISSN 2525-8761. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD>
2. Ferreira, Luciana; Inácio, Letícia. A necessária recomposição da universidades federais. Outras Mídias. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-necessaria-recomposicao-das-universidades-federais/> (Acesso em: 8 jun. 2024)
3. **Pereira, Antônio Celso Alves. A Atual Crise da Universidade Pública Brasileira. Revista Interdisciplinar de Direito v. 17, n. 2, p.13-35, jul./dez. 2019. DOI: 10.24859/fdv.2019.2.001**
Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/814/592>
4. **Righetti, Sabine. A crise nas universidades. Ciência e Cultura, SP, v. 69, n. 2, abr./ jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000200003>. Disponível em:**
http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200003
5. Hippeau, Celestino. A instrução pública nos Estados Unidos – escolas públicas, collegios, universidades, escolas especiaes. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 1871.
Disponível em: <https://cpbn.bn.gov.br/planor/handle/20.500.12156.6/32262?show=full>
(Acesso em: 3 abr. 2024)
6. Gondra, José Gonçalves. Olhos na América: uma leitura dos relatórios de C. Hippeau. *Educar*, Curitiba, n.119, p. 161-185, 2002. ISSN: 0104-4060, ISSN: 1984-0411 (online). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/4pDpyrCGZsCJfKmqBGzW5gq/?lang=pt>
7. Minguili, Maria da Glória; Chaves, A. J. F.; Foresti, Miriam Celi Pimental Porto.; Lopes, A. A.; Pinho, S. Z. Universidade brasileira: visão histórica e papel social. In: Chaves, A. J. F. (coord.). *Oficina de estudos pedagógicos: Reflexões sobre a prática do ensino superior*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2008, Cap. 2, p. 31-47. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www1.ibb.unesp.br/Home/NEPP/universidade-brasileira_visao-historica-e-papel-social.pdf&ved=2ahUKewjgja-hkpmHAXVIO7kGHeQzAjAQFnoECBEQAQ&usg=AOvVaw0unfmo3Fc3bS29WfdhMOQ8

8. Uruguai, Visconde do. Ensaio sobre o direito administrativo. In Carvalho, J. M. de (Org.). Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Visconde-Uruguai-Jos%C3%A9-Murilo-Carvalho/dp/8573262370>
9. Botelho, André; Ferreira, Gabriela Nunes. Estado e sociedade no Brasil: um encontro adiado com a democracia. Estudos Avançados 36 (105), p. 44, 50-51, 2022
DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36105.004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/b7Cw58sCqjqDQn5wsgYGcVj/?lang=pt&format=pdf>
10. MEC - Ministério da Educação e Cultura do Brasil. *Cursos e instituições*. 3 jan. 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/cursos-e-instituicoes> (Acesso em: 03 abr 2024)
11. “Lista de universidades federais do Brasil”. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. [São Francisco, CA: Fundação Wikipédia], 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_universidades_federais_do_Brasil. (Acesso em: 30 jun. 2024)
12. Guimarães de Souza, Munique; Miranda, Jean Carlos; Souza, Fabino dos Santos. “Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil”. Revista Educação Pública, Fundação Cecierj, 19 (5), p. 1-10, 2019. ISSN 1984-6290. DOI: 10-18264/REP. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>
13. Lima, Priscila Luciene Santos de.; Neto, Lourenço de Miranda Freire. A era Vargas e um breve ensaio histórico de suas fases. *Percurso* (Curitiba) v. 3, n. 30, p. 1-18, 2019
DOI: <http://dx.doi.org/10.21902/RevPercurso.2316-7521.v3i3.03610>. Disponível em:
<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/3610>
14. Muzzucchellil, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. *Novos Estudos* 82, p. 57-66., 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000300003>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/nec/a/Tn53n6xsSgDmhB3cFgL6Bh/abstract/?lang=pt#>
15. Medeiros, Gabriel Saldanha Lula de. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v. 14, n. 50, p. 835-853, 2020.
DOI: 10.14295/online.v14i50.2481. **Disponível em:**
<https://doi.org/10.14295/online.v14i50.2481>

16. Palma Filho, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. *In*: J. C. Palma Filho, (org). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação*. 3^a ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP, Santa Clara Editora, 2005, p. 61-74. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>
17. Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora EDUSP, 2013. 299 p. Disponível em: <https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>
18. Ferreira, Olavo Leonel. (). *História do Brasil*. 15^a ed. São Paulo: Editora Ática, 1990. 392 p. ISBN: 8508006411. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2013/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_965_8909cdb3b2becbeb7org05130877c2a43a5.pdf
19. Deodoro da Fonseca, Manuel. Decreto n. 1 , de 15 de novembro de 1889. Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais. 15 nov. 1889.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0001.htm
(Acesso em: 28 jun. 2024)
20. Andreotti, Azilde Lima. A administração escolar na era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930-1964). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 102-123, 2006. ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://edubase.sbu.unicamp.br/collections/8509ed40-bac9-4f78-80d3-02d10bdc032e>
21. Sampaio, Helena. "Evolução do Ensino Superior Brasileiro, 1808-1990." Documento de Trabalho.8/91, 1991. Núcleo de Pesquisas sob documento, Universidade de São Paulo.
Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9108.pdf>
(Acesso em: 04 abr. 2024)
22. Ferreira, Jorge. BRASIL, 1942: Estado e sociedade contra o Reich. *Acervo [S. I]*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 89-109, 2017. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/articl...> · Arquivo PDF
23. Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. 1^a ed. em 1848. Reedição: Editora São Paulo-Escala (Coleção grandes obras do pensamento universal), 2007, 91 p. ISBN: 8575568795. Disponível em: <https://pergamum.ufpel.edu.br/acervo/79811>

(Acesso em: 28 jun. 2024)

24. Carvalho, José Murilo de. Vargas e os Militares: Aprendiz de Feiticeiro. *In: D' ARAÚJO, Maria Celina (Org).* As Instituições Brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: EDUERJ. Ed. FGV, 1999.

25. Lima Junior, Olavo Brasil de. Eleições Presidenciais: Centralidade, Contexto e Implicações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, v. 14, n. 40, p. 11-30, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/FTBsLWSLmJhYCD6KYSxLjYJ/?lang=pt&format=pdf>

26. Alves, Francisco das Neves. O ministério das relações exteriores do Brasil e o centenário da Doutrina Monroe. *Revista Biblos*, Rio Grande, 16, p. 87-96, 2004. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/biblos/article/download/414...> · Arquivo PDF

27. Skiella, Lucas. Análise da comissão mista Brasil Estados Unidos e suas motivações. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 56417-56429, 2020. ISSN 2525-8761

DOI: 10.34117/bjdv6n8-162

28. Dutra, Eurico Gaspar. Decreto n. 25.660, de 13 de outubro de 1948. *In: Coleção de Leis do Brasil*, v. 8, p. 77, 1948 (Publicação Original). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25660-13-outubro-1948-322840-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acesso em: 11 abr. 2024)

29. Bueno, Bruno Bruziguessi. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política (RSulACP)*, v. 2, n. 1, p. 47-64, 2014. **ISSN 2317-5338. Disponível em:**

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/3311/3482>

30. Rabello, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais (RBHCS)*, v. 3, n. 6, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/1045>

31. Ayres, Leonardo Staevie.; Fonseca, Pedro César Dutra. Liberalismo ou Desenvolvimentismo Associado? Uma Interpretação da Política Econômica do Governo Dutra (1946-1950). *Análise Econômica (Porto Alegre)* ano 35, n. especial, p. 209-232, 2017. ISSN: 0102-9924 / e-ISSN: 2176-5456

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/issue/view/2992>

32. Senra, Alvaro de Oliveira. Educação e liberalismo no pensamento de Clemente Mariani. Revista de História e Historiografia da Educação, Curitiba, v. 1, n. especial, p. 193-213, 2017. ISSN 2526-2378. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v1i0.50847>. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/50847/32884>

33. Mendonça, Marina Gusmão de. Imprensa e Política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.31, 2008. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia04/texto04.pdf>

34. Chaloub, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 385-428, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582018163>

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/cvrWsGmwb9ztWdDrzf4VYWS/?lang=pt>

35. Foguel, Israel. Brasil: República Federativa. São Paulo: Editora Yolbook, p. 123, 2019. ISBN: 978-85-93232-30-5. Disponível em: <https://books.google.com> > ... > Democracy

36. Poder Legislativo. Agonia e morte do presidente Getúlio Vargas. Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) - Poder legislativo, 5 a 28 de agosto de 2004. Disponível em: <https://sts.al.sp.gov.br/noticia/?id=358467> e <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=262692>

(Acesso em: 12 abr. 2024)

37. Governo Getúlio Vargas (1951-1954) In: a enciclopédia livre. [São Francisco, CA: Fundação Wikipédia], 2024. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Get%C3%BAlio_Vargas_\(1951-1954\)#cite_note-26](https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Get%C3%BAlio_Vargas_(1951-1954)#cite_note-26) (Acesso em: 11 abr. 2024)

38. Vizontini, Paulo Fagundes.; Pereir, Analícia Nilevicz. A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma. Revista Brasileira de Política Internacional 57, n. 2, p. 176-195, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/00347329201400310>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/SyPqFPGgmnqzrrzXDKxVRxw>

39. Poder Legislativo. Especial Getúlio Vargas - Agosto de 1954: 60 anos de uma tragédia brasileira. Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder legislativo, 28 de agosto de 2014

Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=358969> (Acesso em: 12 abr. 2024)

40. Rosalino, Antônio Robson de Freitas. A crise de 1954 e o suicídio de Getúlio Vargas na revista Manchete. Revista de História, v. 12, n. 3, p. 96-108, 2020. ISSN 1984-6150, Edição 34. Disponível em::

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/download/26282/23060/86649>

41. Senado Federal. Há 60 anos, crise fez Brasil ter 3 presidentes numa única semana. Fonte: Senado Federal, 09 de novembro, 2015. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-crise-fez-brasil-ter-3-presidentes-numa-unica-semana> (Acesso em: 13 abr. 2024)

42. Luft, Marcos Vinícios. A defesa da posse de Juscelino Kubitschek nas páginas do Diário de Notícias. Revista Thema 8, n. 01, 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/55>

43. Senado Federal.. Especial 100 anos de JK. Senatus v. 2, n. 1, p. 40-43, 2002.

Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70293/0657233%20Juscelino.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

44. Oliveira, Nilo Dias de. O governo de Juscelino Kubitschek e o mito da democracia representativa: a vigilância do Serviço Secreto do DOPS-SP nas agremiações democráticas 1956-1960. Antíteses, v. 4, n. 7, p. 267-289, jan./jun. 2011. DOI: 10.5433/1984-3356.2011v4n7p267. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5026794.pdf>

45. Brandão, Vinícius Costas.; Rocha, Carla Adriana Menezes da O Desenvolvimento industrial brasileiro no governo JK e seus impactos sociais. INFORME ECONÔMICO, p. 92-97, jul. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/download/1679/1504/4801>

46. Nicolau, Jairo. As eleições presidenciais de 1960: uma análise a partir dos dados municipais. Estudos Históricos Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 159-175, 2022.

DOI: <http://doi.org/10.1590/S2178-149420220109>

47. Eleição Presidencial no Brasil em 1960. In: a enciclopédia livre. [São Francisco, CA: Fundação Wikipédia], 01 mar.. 2024 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/El_ei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_1960 (Acesso em: 17 mar. 2024)

48. Ayerbe, Luis Fernando. A política externa dos Estados Unidos e a trajetória do desenvolvimento Cubano. Revista Perspectiva (São Paulo), v. 20/21, p. 197-221, 1998. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2067&ved=2ahUKEwic1cCRhpmHAxW5HLkGHdNiASEQFnoECA4QAQ&usg=AOvVaw0J4I_tdL_MUqhIoUR2GZwY

49. Câmara dos Deputados. Jânio Quadros é eleito, com promessa de acabar com a corrupção (7' 21"). Câmara dos Deputados, Rádio Câmara, 2006. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/274656-janio-quadros-e-eleito-com-pro-messa-de-acabar-com-a-corruptao-7-21> (Acesso em: 18 abr. 2024)

50. Governo João Goulart. *In: a enciclopédia livre*. [São Francisco, CA: Fundação Wikipédia], 13 mai. 2024. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Jo%C3%A3o_Goulart (Acesso em: 30 jun. 2024)

51. Marcelino, Wanielle Brito (org.); Lopes, Maria Marta Cezar; Gonçalves, Cíntia Rejane Sousa Araújo; Nascimento, Erika Silva; Godoy, Júlia Lima Thomaz de; Freitas, Juliana Corrêa de; Rodrigues, Fábio Fonseca. Discursos selecionados do presidente João Goulart. Brasília (DF): Fundação Alexandre de Gusmão, 98 p. 2010. Disponível em:

https://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf (Acesso em: 30 jun. 2024)

52. Figueiredo, Argelina. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, Tradução; Carlos Roberto Aguiar.1993.

Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6187909/mod_resource/content/1/7a%20semana%20Figuereido%201993.pdf

53. Caregnato, Célia Elizabete. A noção de público e a diversidade institucional na história da educação superior brasileira. Cadernos de Educação (FaE/PPGE/UFPel) 28, p. 153-174, 2007. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i28.1795>. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1795/0>

54. Costa, Matheus Filisberto; Muller, Rafael Rodrigues. As Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional: Antagonismos, projetos em disputas e desdobramentos. Criar Educação, Criciúma, v. 9, n. 3, ago/dez. 2020. ISSN 2317-2452.. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/download/5708/5532/16724&ved=2ahUKEwiK2dCBg5mHAXVBgGEGHeDQDOsQFnoECBAQAQ&usq=AOvVaw2S7XTgA-VEL2efL88CLz2m>